



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

GABRIELLE CARVALHO SILVA

**SOBRE O VERBO *CUSTAR* EM PORTUGUÊS BRASILEIRO:
AUXILIARIDADE E ESTRUTURAS SINTÁTICAS**

**Brasília
2015**

GABRIELLE CARVALHO SILVA

**SOBRE O VERBO *CUSTAR* EM PORTUGUÊS BRASILEIRO:
AUXILIARIDADE E ESTRUTURAS SINTÁTICAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como pré-requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

**Brasília
2015**

*Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre apoiaram e
incentivaram meus estudos e minhas escolhas profissionais*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado até aqui e por me dar forças, diariamente, para nunca desistir dos meus objetivos.

À minha família, que sempre me apoiou em todas as decisões. Ela é meu alicerce.

À minha mãe, Heloísa Vieira, que sempre vibrou comigo e que sempre me ajudou em todos os momentos da minha vida acadêmica, não permitindo que eu desanimasse. Muito obrigada também por ter sido a primeira pessoa a responder, com toda empolgação, ao questionário cujos dados são analisados nesta monografia.

Ao meu namorado, Alexandre Rodrigues, por ter tido muita paciência nesse longo período de escrita de meu trabalho, pois tive de me ausentar em vários momentos. Muito obrigada por estar sempre ao meu lado, me apoiando e me incentivando a seguir em frente.

Ao meu grande amigo Diego Hilarino. Primeiramente, por sempre me incentivar a dar o meu melhor, por acreditar no meu potencial e por fomentar isso em mim, por estar sempre disposto a me ajudar com muita boa vontade e por todos os ensinamentos acadêmicos que me passou – você é aquele amigo que sabe de tudo (não sei como, mas você sabe de tudo). Depois, (eu jamais poderia esquecer), por ter me emprestado a maior parte da bibliografia utilizada. Obrigada de verdade.

Aos meus amigos Elizabete, Douglas, Fabrícia, Alison, Liviane, Allysson e Sanderson, por terem participado ativamente da fase de coleta de dados e da análise das sentenças. Um obrigada especial ao Alison, vulgo Sansão, por ter me presenteado com a sentença *a carne custou de assar*, pois esse e outros dados que surgiram no decorrer das nossas conversas com o grupo foram muito importantes para minha pesquisa.

Às minhas grandes amigas Nathália, Rebeca e Gabriela, por também terem contribuído com a coleta e a análise dos dados, pois, além de terem sempre respondido tudo

pontualmente, ainda pediram julgamentos de aceitabilidade para seus colegas de trabalho. Um agradecimento aos colegas de trabalho delas também.

A todas as outras pessoas que contribuíram para minha pesquisa. Todas, sem exceção, foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

E, finalmente, ao meu orientador, Marcus Lunguinho. Primeiramente, por ter me proposto o tema da monografia, pois, se não fosse por ele, eu não teria pensado nessa área de estudo, a qual se mostrou mais interessante do que eu imaginava e que muito despertou meu interesse para continuar a me aprofundar no assunto. E também por ter sido um excelente orientador, por toda paciência, pela compreensão com prazos e, principalmente, por estar sempre disposto a me ajudar (repito, com muita paciência), até mesmo quando me faltou bom senso, enviando dúvidas aos finais de semana e em períodos de férias. Obrigada mesmo, professor, por toda atenção e dedicação. Você é um grande exemplo para mim.

RESUMO

Neste trabalho, propomo-nos a estudar dois aspectos do verbo *custar* com sentido de “ser custoso”, “ser difícil” e “ser demorado”. Com esse significado, esse verbo se constrói com infinitivo em duas estruturas sintáticas diferentes. Uma delas, denominada Padrão I, apresenta um DP/NP como o constituinte inicial absoluto da frase como em *A cozinheira custou a / para / pra assar a carne*. A outra, denominada Padrão II, traz o verbo *custar* como constituinte inicial absoluto da frase e o DP/NP aparece entre a preposição e o infinitivo como em *Custou a / para / pra a cozinheira assar a carne*. O primeiro aspecto investigado tem a ver com a natureza de *custar* como um verbo auxiliar ou não. A esse respeito, à luz dos critérios de auxiliaridade propostos por Pontes (1973) e por Lobato (1975), mostramos que *custar* apresenta comportamento diferenciado em cada um dos padrões apontados. No Padrão I, *custar* exibe propriedades do que Lobato (1975) denominou auxiliar *stricto sensu*, ao passo que, no Padrão 2, esse verbo se mostra mais próximo do que a autora denomina auxiliar *lato sensu*. O segundo aspecto abordado foi a sintaxe de cada um desses padrões sintáticos. Para tanto, adotamos a Teoria Gerativa como quadro teórico de referência e, seguindo os pressupostos dessa teoria, propusemos que, no Padrão I, *custar* se combina com um infinitivo não flexionado, cuja presença faz com que o DP/NP se desloque para fora desse domínio infinitivo em busca de Caso. O nominal vai então para a posição de especificador do sintagma de flexão (IP) matriz, onde recebe Caso Nominativo do núcleo funcional Flexão. No padrão II, a presença do DP/NP entre a preposição e o infinitivo é analisada como sendo a posição em que esse nominal recebe Caso. Argumentamos que sentenças do Padrão II têm sintaxe ambígua, uma vez que o Caso do constituinte nominal pode vir da preposição introdutora do infinitivo, em uma configuração característica como de Marcação Excepcional de Caso, ou pode vir da flexão no infinitivo, flexão essa associada à categoria Concordância (AGR), a qual vai ser responsável pela atribuição de Caso Nominativo.

Palavras-chave: Verbo *custar*
Critérios de auxiliaridade
Caso
Infinitivo
Marcação Excepcional de Caso

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze two aspects of the verb *custar* in the sense of “to be slow”, “to be difficult” and “to be long”. With this meaning, *custar* combines with an infinitival form in two different syntactic structures. In one of them, called Pattern I, the DP/NP is the constituent in absolute initial position of the sentence as in *A cozinheira custou a / para / pra assar a carne*. In the other, called Pattern II, the verb is the absolute initial constituent of the sentence and the DP/NP appears between the preposition and the infinitive as in *Custou a / para / pra a cozinheira assar a carne*. The first aspect of *custar* which has been investigated has to do with its auxiliary nature. Taking into consideration the criteria of auxiliarity proposed by Pontes (1973) and Lobato (1975), we showed that *custar* behaves in two different ways. In Pattern I, this verb has properties of what Lobato (1975) denominated *strictu sensu* auxiliary verb, whereas in Pattern II, *custar* shows properties common to what the author called *lato sensu* auxiliary verbs. The second aspect of *custar* which has been analyzed is the syntax of each one of its patterns. In order to do this, we adopt the framework of the Generative Theory and based on the assumptions of this theory, we propose that *custar*, in Pattern I, combines with an uninflected infinitive, whose properties force the DP/NP to moves out of the infinitival domain in search of Case. The nominal constituent reaches the specifier position of the matrix Inflectional Phrase (IP), where it is assigned Nominative Case by the functional head I. In the Pattern II, the position of the DP/NP between the preposition and the infinitive is analyzed as the position where this nominal receives Case. We argue that the sentences of Pattern II are syntactically ambiguous as for the origin of the Case assigned to the nominal constituent. This DP/NP can be either assigned Oblique Case from the preposition in an Exceptional Case Marking configuration or it can be assigned Case from the inflectional morphology present in the infinitive. This inflectional morphology is associated with the presence of an Agreement head (AGR) which is responsible for the assignment of Nominative Case.

Keywords: Verb *custar*
Criteria of auxiliarity
Case
Infinitive
Exceptional Case Marking

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. VERBOS AUXILIARES NAS GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	12
1.1 Verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais.....	12
1.1.1 Rocha Lima (2011).....	12
1.1.2 Cunha & Cintra (2008).....	12
1.1.2 Bechara (2009).....	14
1.2 Verbos auxiliares em gramáticas com orientação linguística.....	16
1.2.1 Neves (2000).....	16
1.2.2 Perini (2010)	17
1.2.3 Castilho (2012).....	19
1.3 Comparando as gramáticas estudadas.....	21
1.3.1 Auxiliares apresentados.....	21
1.3.2 Critérios de auxiliaridade.....	24
Conclusões preliminares.....	24
2. CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE.....	25
2.1 Pontes (1973).....	25
2.1.1 A tradição gramatical.....	25
2.1.2 O auxiliar em português.....	30
2.2 Lobato (1975).....	36
2.2.1 Critérios comumente presentes nas gramáticas.....	36
2.2.2 Outros critérios de identificação de verbos auxiliares.....	38
Conclusões preliminares.....	43
3. A SINTAXE DO VERBO <i>CUSTAR</i>.....	44
3.1 Os sentidos de <i>custar</i>: delimitando o objeto de estudo.....	44
3.2 Diagnosticando a auxiliaridade de <i>custar</i>.....	47
3.2.1 Unidade semântica: exigência de sujeito único.....	47
3.2.2 Carência de imperativo.....	49
3.2.3 Impossibilidade de orações completivas finitas introduzidas por <i>que</i> e por <i>se</i>	50
3.2.4 Incidência de adjunto adverbial de tempo.....	51
3.2.5 Apassivação.....	52
3.2.6 Extensão combinatória.....	54
3.2.7 Negativização.....	55
3.2.8 Pronominalização.....	56
3.2.9 Resultado da aplicação dos critérios de auxiliaridade: <i>custar</i> como verbo auxiliar.....	57
3.2.10 <i>Custar</i> : duas estruturas sintáticas, dois tipos de auxiliar.....	58

3.3 As projeções sintáticas do verbo <i>custar</i>.....	59
3.3.1 Teoria do Caso.....	59
3.3.2 As duas estruturas sintáticas do verbo <i>custar</i>	62
3.3.2.1 O Padrão I: <i>custar</i> como auxiliar <i>stricto sensu</i>	62
3.3.2.2 O Padrão II: <i>custar</i> como auxiliar <i>lato sensu</i>	65
3.3.2.2 As (outras) preposições introdutoras do infinitivo.....	70
Conclusões preliminares.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Os verbos auxiliares não constituem uma categoria bem delimitada nas gramáticas do português, pois os traços que definem um verbo como auxiliar ainda não estão claramente definidos. O reflexo dessa falta de clareza (já apontado por Lobato, 1975) é que, nessas gramáticas, é comum cada autor enumerar uma lista de auxiliares de acordo com a própria concepção do que seja a relação de auxiliação. Como consequência, não há uniformidade nas listas de verbos que tais gramáticas definem como verbos auxiliares, tampouco há homogeneidade nos critérios de auxiliaridade estabelecidos.

Essa situação é um convite à pesquisa que contribua para determinar, com mais precisão, critérios definidores da classe dos verbos auxiliares e, conseqüentemente, apresente os verbos que são, de fato, auxiliares.

Esta pesquisa se insere exatamente no debate acerca da definição dos membros da classe dos verbos auxiliares. Nosso objeto de investigação é o verbo *custar* em estruturas nas quais ele se combina com um infinitivo. O fato de ser seguido por uma forma não-finita o torna, pelo menos na superfície, semelhante a um verbo auxiliar e essa semelhança nos leva às duas questões centrais desta pesquisa sobre o verbo *custar*:

Quando se combina com um infinitivo, o verbo *custar* é um verbo auxiliar?

Quais são propriedades sintáticas do verbo *custar* nessa estrutura?

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresentaremos como a questão da auxiliaridade é abordada nas gramáticas do português. Para tanto, selecionamos seis gramáticas, sendo três tradicionais e três com orientação linguística, com vistas a: a) mostrar de que forma essas gramáticas entendem o conceito de verbo auxiliar e b) apontar semelhanças entre essas gramáticas em relação aos critérios de auxiliaridade propostos e aos verbos que cada uma delas apresenta como membro da classe dos verbos auxiliares.

No segundo capítulo, apresentaremos as perspectivas de Pontes (1973) e de Lobato (1975) acerca do fenômeno da auxiliaridade e detalharemos os critérios que, segundo elas, definem um verbo como auxiliar em português. Esse capítulo é importante, pois os critérios propostos pelas autoras serão retomados na nossa análise do verbo *custar*.

No terceiro (e último) capítulo deste trabalho, desenvolveremos nossa análise do verbo *custar*. A análise apresentada vai servir para responder às duas perguntas que se colocam a esta pesquisa: se *custar* é um verbo auxiliar e como se pode analisar a estrutura sintática projetada por esse verbo. Para responder à primeira questão, partiremos dos critérios de auxiliaridade propostos por Pontes (1973) e por Lobato (1975) e os aplicaremos a sentenças construídas com o verbo *custar*. Para responder à segunda questão, tomaremos como referencial teórico a Teoria Gerativa. Com base nos pressupostos dessa teoria, buscaremos entender como se constrói a sintaxe de *custar* quando esse verbo se combina com uma forma não-finita.

Por fim, seguem-se as Considerações Finais, que fecham o trabalho, retomando as questões de pesquisa e apontando possibilidades de pesquisa futura.

CAPÍTULO I

Verbos auxiliares nas gramáticas da língua portuguesa

Introdução

Neste capítulo, apresentaremos como os verbos auxiliares são tratados nas gramáticas do português. Faremos isso a partir da análise de três gramáticas tradicionais e três gramáticas com orientação linguística. As gramáticas tradicionais a serem analisadas são a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 2011), a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA & CINTRA, 2008) e a *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009). As gramáticas com orientação linguística a serem estudadas são a *Gramática de usos do Português* (NEVES, 2000), *A Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010) e a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2012). Nosso objetivo neste capítulo é duplo: a) mostrar como cada uma dessas gramáticas entende o conceito de verbo auxiliar e b) identificar pontos de convergência entre os autores em relação aos critérios de auxiliaridade.

1.1 Verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais

1.1.1 Rocha Lima (2011)

Para Rocha Lima, alguns aspectos verbais não conseguem ser traduzíveis por formas simples, apresentando, assim, formas compostas – ou tempos compostos –, que seriam a junção de um verbo no infinitivo, no gerúndio ou no particípio a um outro verbo, chamado de verbo auxiliar. Segundo ele, são inúmeros os verbos auxiliares, mas enfatiza apenas os verbos *ter*, *haver* e *ser*, por considerá-los os auxiliares fundamentais.

1.1.2 Cunha & Cintra (2008)

Os autores chamam de locução verbal a combinação de um verbo auxiliar com um verbo denominado principal, o qual pode apresentar-se no infinitivo impessoal, no gerúndio ou no particípio. Os autores dão exemplos dos verbos abaixo que, para eles, são os auxiliares de uso mais cristalizado:¹

¹ Todos os exemplos apresentados foram extraídos de Cunha & Cintra (2008, p. 409 – 421).

a) *ter* e *haver*, seguidos de particípio e infinitivo impessoal, usados para a formação de tempos compostos da voz ativa e para exprimir a noção de obrigatoriedade, respectivamente:

(1) Tenho feito exercícios.

(2) Tenho de fazer exercícios.

b) *ser* e *estar*, seguidos de particípio, empregados para a formação da voz passiva:

(3) Livros serão comprados por nós.

c) *estar*, seguido de gerúndio ou de infinitivo:

(4) Estava ouvindo música.

(5) O avião está para chegar.

Além disso, Cunha & Cintra consideram auxiliares os verbos *ir*, *vir*, *andar*, *ficar*, *acabar* e outros, que servem para indicar matizes de tempo e aspectos do seguimento da ação:

(6) a. O navio ia encostando no cais (pouco a pouco).

b. Venho tratando desse assunto.

c. Veio a dar com os burros n'água.

d. Ando a ler os clássicos.

e. O trabalho ficou por terminar.

f. O avião acabou de aterrissar.

Em nota de rodapé, os autores alertam para o fato de que “não há uniformidade de critério linguístico para determinação dos limites da auxiliaridade” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 409).

1.1.3 Bechara (2009)

Da mesma forma que Cunha & Cintra, Bechara chama de locução verbal a combinação de um verbo auxiliar com um principal. Nesse caso, apenas o verbo auxiliar recebe as marcas de flexão verbal (tempo e modo, número e pessoa). Para ele, “muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, dando origem aos chamados aspectos do verbo” (BECHARA, 2009, p. 230). Além disso, ele trata da possibilidade de existir uma preposição (*de, em, por, a, para*) entre o verbo auxiliar e o infinitivo do verbo principal.

As locuções verbais apresentadas pelo autor são formadas a partir dos seguintes verbos auxiliares:²

a) *ter, haver* (raramente) ou *ser* (mais raramente) + particípio passado para a formação dos tempos compostos:

(7) a. Eu tinha / havia cantado, vendido, partido.

b. Era chegada a ocasião da fuga.

b) *ser, estar e ficar* + particípio, para constituírem voz passiva que expresse ação, estado ou mudança de estado:

(8) a. João é amado pelos pais.

b. A medição está prejudicada por falta de aparelhos.

c. Eles ficaram rodeados por uma multidão de pedintes.

c) auxiliares acurativos, que se combinam com infinitivo ou com o gerúndio do verbo principal para determinar mais rigorosamente alguns aspectos do momento da ação verbal. Esses “aspectos da ação verbal” são o início, a iminência, a continuação, o desenvolvimento gradual, a repetição e o término, e cada um deles é exemplificado abaixo:

(9) a. Pedro começou a / pôs-se a escrever o poema.

b. Pedro está para / pega a escrever o poema.

c. Pedro continua escrevendo / a escrever o poema.

² Todos os exemplos foram baseados nos exemplos apresentados em Bechara (2009, p. 230 – 233).

- d. Pedro está / anda / vai / vem escrevendo o poema.
- e. Pedro tornou a / costuma escrever o poema.
- f. Pedro acabou de / cessou de / deixou de / parou de / veio de escrever o poema.

d) auxiliares modais, que se juntam a infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar mais rigorosamente a maneira como uma ação verbal é realizada ou deixa de ser realizada. Os modos como uma ação verbal se realiza são: i) a necessidade, a obrigação ou o dever, ii) a possibilidade e a capacidade, iii) a vontade ou o desejo, iv) a tentativa ou o esforço, v) a consecução, vi) a aparência ou a dúvida, vii) o movimento para realizar um intento futuro e viii) o resultado. Cada um desses modos é exemplificado a seguir:

- (10) a. Renata há de / tem de / deve / precisa escrever a carta.
 - b. Renata pode escrever a carta.
 - c. Renata quer / deseja / odeia / abomina escrever cartas.
 - d. Renata atreveu-se a / buscou / pretendia / tentou / ousou escrever uma carta.
 - e. Renata conseguiu / logrou escrever a carta.
 - f. Renata parecia escrever uma carta.
 - g. Renata vai escrever uma carta.
 - h. Renata veio a / chegou a escrever uma carta.

Além disso, Bechara complementa sua análise dizendo que “nem sempre a aproximação de dois ou mais verbos constitui uma locução verbal; a intenção da pessoa que fala ou escreve é que determinará a existência ou inexistência da locução” (2009, p. 233). Para finalizar, ele menciona os auxiliares causativos (os verbos *deixar*, *mandar*, *fazer* e sinônimos) e os auxiliares sensitivos (os verbos *ver*, *ouvir*, *olhar*, *sentir* e sinônimos), que, de acordo com ele, juntam-se a outros verbos, no infinitivo ou no gerúndio, e não formam locução verbal, porém sintaticamente comportam-se como tal.

1.2 Verbos auxiliares em gramáticas com orientação linguística

1.2.1 Neves (2000)

A autora estuda os verbos auxiliares no capítulo que trata dos verbos que não constituem predicados. Ela afirma que são operadores gramaticais os verbos que indicam modalidade, aspecto, tempo e voz. Entende-se por modalizadores os verbos que se unem a outros para indicar, na maioria dos casos, modalidade epistêmica³ e modalidade deôntica⁴, sendo os verbos *poder*, *dever* e *ter que* os utilizados nos exemplos:⁵

- (11) a. Carlos deve ter vindo.
b. Mas você não pode dormir aqui.

Os verbos aspectuais são os formadores de perífrases. Neves apresenta uma vasta lista de auxiliares aspectuais, entre eles:

- (12) a. Um dos soldados começou por indagar.
b. Ricardo estava falando com João Camilo.
c. Ela vive fazendo perguntas sobre a saúde do garoto.

Já os verbos auxiliares de tempo, bem como já abordado pelos outros autores estudados, formam tempos compostos seja por meio da combinação de *ter* ou *haver* + particípio e da combinação do verbo *ir* + infinitivo.

Por último, os auxiliares de voz são aqueles que entram nas construções formadas pelo verbo *ser* (e em alguns casos o verbo *estar*) + o particípio do outro verbo pleno:

- (13) a. O Pacaembu foi interditado.
b. O Pacaembu está interditado.

³ Epistêmico: relacionado ao conhecimento.

⁴ Deôntico: relacionado ao dever, à obrigação.

⁵ Todos os exemplos elencados foram colhidos em Neves (2000, p. 62 – 65).

1.2.2 Perini (2010)

Como os outros autores, Perini define o verbo auxiliar como aquele verbo que se une a um verbo no infinitivo, no particípio ou no gerúndio para criar “sequências semânticas e valencialmente semelhantes a formas verbais simples” (2010, p. 237). Para ele, a locução verbal não apresenta um novo significado, pois equivale à forma verbal simples; apenas acrescenta ao verbo principal informações de tempo e modo, de pessoa e número.

Primeiramente, o autor apresenta uma breve análise dos verbos *ter*, *ir* e *estar* e afirma que esses são os auxiliares formadores dos tempos compostos (*ter* + particípio passado, *ir* + infinitivo e *estar* + gerúndio):⁶

- (14) a. Eu tinha comido.
b. Eu vou comer.
c. Eu estou comendo.

Em sequência, ele acrescenta à lista de verbos que possuem transparência valencial os verbos modais, que se conectam a um infinitivo por meio de uma preposição; em alguns casos, conectam-se a um gerúndio, mas sem a preposição. Os verbos modais exemplificados são: *começar (a)*, *acabar (de)*, *terminar (de)*, *continuar (a)*, *parar (de)*, *dever*, *ter que* e *querer*:

- (15) a. Ele começou a chorar.
b. O rapaz acabou brigando com os colegas.
c. Continuou a chover o dia todo.
d. Esse menino tem que estudar mais.

O autor ainda discorre acerca da possibilidade de construir uma sequência com mais de um verbo auxiliar, como em (16):

- (16) Ele vai ter estado trabalhando mais de duas horas, quando você chegar.

Acerca dessa possibilidade, o autor destaca que ela não é muito comum no português brasileiro.

⁶ Todos os exemplos foram extraídos de Perini (2010, p. 238 – 241).

Por fim, Perini apresenta alguns critérios de auxiliariade e afirma que alguns desses critérios possibilitam a distinção entre um verbo auxiliar modal e um auxiliar não modal. São eles:

- a) um verbo não modal acrescenta ao verbo principal um valor semântico diferente do seu valor quando isolado. Um exemplo é o verbo *andar*, que expressa movimento, porém, quando presente em uma locução verbal, como em *eu ando muito cansada*, expressa um valor semântico diferente. Por outro lado, não é isso que acontece com os verbos modais, pois o significado do verbo não se altera quando presente em uma locução, bem como em *a garota começou a escrever*;
- b) os auxiliares – tanto os modais quanto os não modais – não admitem sujeito diferente do sujeito do verbo principal; deve-se ter apenas um sujeito para ambos os verbos. Ou seja, se há uma locução em que o sujeito não é o mesmo para ambos os verbos, não se trata de auxiliariade;
- c) os auxiliares, de um modo geral, são valencialmente transparentes;⁷
- d) um auxiliar não modal pode ser negado, mas o verbo principal não. Não obstante isso, o autor considera esse critério de negação um critério que merece mais estudo, pois é possível perceber aceitabilidade de negação do verbo principal em algumas construções com verbo auxiliar não modal. Em contrapartida, os verbos modais ostentam um comportamento heterogêneo, podendo ora ser negado somente o verbo modal ora o verbo principal, e ainda há casos em que nenhum dos dois aceita a negação:

(17) a. Eu não vou sair.

b. *Eu vou não sair.

⁷ Sobre valência, Perini explica: “Cada verbo, como sabemos, tem uma valência, ou seja, um conjunto de diáteses em que pode ocorrer. E cada diátese define um conjunto de complementos [...] Assim, uma oração com dois verbos deve manifestar dois conjuntos de complementos [...]” (PERINI, 2010, p. 171). Um verbo é valencialmente transparente quando não faz exigência de complemento, ou seja, em uma combinação de verbo auxiliar e um verbo pleno, somente um verbo (o pleno) fará exigência valencial. E esta é uma característica inerente aos verbos auxiliares, de acordo com Perini.

- (18) a. O cachorro não continuou a latir.
b. O cachorro continuou a não latir.

- (19) a. *Ele acaba de não chegar.
b. *Ele não acaba de chegar.

e) deve haver uma relação temática entre o verbo modal e o nominal que funciona como seu sujeito. Por exemplo, em alguns casos em que se tem um verbo principal seguido de infinitivo, há uma contribuição semântica diferente da que ocorre com auxiliares, tal como ilustrado nos exemplos abaixo:

(20) Celso pode ser demitido a qualquer momento.

(21) Celso pode levantar um peso de 120 kg.

No exemplo (20), o verbo *poder* não está relacionado a Celso, e sim ao evento de ele ser demitido, o que já não ocorre em (21), pois *poder* associa-se à capacidade de Celso. Esse critério, de acordo com Perini, aplica-se a todos os auxiliares e pode ser utilizado para discriminar os verbos auxiliares dos não auxiliares.

1.2.3 Castilho (2012)

Antes de começar a discorrer sobre o problema da auxiliaridade, Castilho apresenta uma breve síntese histórica acerca do processo de gramaticalização dos verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver*, a fim de demonstrar como tais verbos mudaram de plenos para funcionais e auxiliares, em alguns casos. Sobre isso, e não diferente dos outros autores, Castilho caracteriza os verbos auxiliares como verbos que se juntam a outros verbos plenos, em forma nominal, atribuindo a eles aspecto, tempo, voz e modo.

Castilho apresenta alguns testes para a identificação dos verbos auxiliares, sendo eles:

- a) sujeito da expressão: em sequências contendo um verbo auxiliar e um verbo principal, os dois verbos devem possuir o mesmo sujeito:⁸

⁸ Todos os exemplos constantes nesta seção foram retirados de Castilho (2010, p. 444 – 446).

(22) Tenho visto o Fulano.

(23) Mandei-o entrar.

No primeiro exemplo, tanto o verbo *ter* quanto *ver* têm o mesmo sujeito, no caso, *eu*. Dessa forma, o verbo *ter* é um auxiliar e o verbo *ver* é um verbo pleno auxiliado. Já no segundo exemplo, não há relação de auxiliação, pois os dois verbos selecionam sujeitos diferentes: o verbo *mandar* está ligado ao sujeito *eu* e o verbo *entrar* seleciona o sujeito *ele*.

b) escopo da negação: uma sequência de dois verbos envolverá auxiliaridade se a negação recair sobre ambos os verbos, e não apenas sobre um deles:

(24) a. Os preços não estão subindo.

b. *Os preços estão não subindo.

Nesse caso, por não ser possível negar somente o segundo verbo, trata-se de um verbo auxiliar seguido de um auxiliado. Caso fosse possível, a sequência não seria formada de verbo auxiliar + verbo principal auxiliado.

c) inserção de expressões entre os verbos;

d) alterações do sentido lexical do verbo auxiliar: ao se tornar auxiliar, um verbo perde seu sentido original e passa a atuar como um morfe-vocábulo, conforme pode ser observado nos seguintes exemplos:

(25) Ele vai caminhar até o centro da cidade.

(26) Ele vai ficar de pé.

No exemplo (25), tanto o verbo *ir* como o verbo *caminhar* indicam movimento, assim, houve composicionalidade de sentidos. A evidência disso é o uso da expressão locativa *até o centro da cidade*, que indica o alvo dos movimentos expressos pelos verbos *ir* e *caminhar*. Já em (26), isso não ocorre, comportando-se, assim, como uma perífrase de futuro. Ou seja, no

primeiro caso, o verbo *ir* não é auxiliar, já no segundo, é.

Castilho considera que há vários níveis de gramaticalização e chama de auxiliares os verbos que “ficam a meio caminho entre o verbo pleno e o verbo auxiliar” (2012, p. 446). Ele considera, então, auxiliares os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver*, e auxiliares os verbos *ir*, *querer*, *andar*, *começar* e *acabar*. Contudo, ele afirma que essa não é uma propriedade absoluta, pois tudo vai depender da composicionalidade semântica.

Em seguida, o autor trata do estatuto das perífrases, denominação dada aos sintagmas verbais compostos por mais de um verbo e faz um levantamento de como alguns autores abordam o tema, chegando à conclusão de que existem “diferentes graus de gramaticalização dos verbos plenos em sua alteração para verbos auxiliares” (2012, p. 450). Em seguida, ele finaliza seu estudo, pormenorizando os especificadores de tempo (*ter* + particípio passado, *ir* + infinitivo), de aspecto (*estar* + gerúndio), de modo (*dever*, *querer*, *poder* + infinitivo) e de voz (perífrases com particípio).

1.3 Comparando as gramáticas estudadas

Apresentadas as propostas de abordagem dos verbos auxiliares presentes nos dois conjuntos de gramáticas da língua portuguesa vistas nas seções anteriores, passamos agora a estabelecer comparações entre essas gramáticas. Primeiramente, vamos comparar os verbos elencados em cada uma delas sob a denominação de auxiliar e, em seguida, faremos uma comparação dos critérios que os autores apresentam para classificar um verbo como auxiliar.

1.3.1 Os auxiliares apresentados

O Quadro abaixo é uma síntese do que é apresentado como verbo auxiliar em cada gramática analisada. Vale ressaltar que todos os autores apresentaram uma lista exemplificativa de verbos auxiliares, reconhecendo haver ainda outros verbos auxiliares na língua portuguesa além dos listados. Ou seja, a ausência de um verbo em determinada gramática não significa exatamente que o/a autor/a não o considere como auxiliar, sendo possível que ele/a apenas não o tenha mencionado, afinal, apenas uma pequena parte das gramáticas tem parte dedicada ao tema da auxiliaridade.

Quadro I: Verbos auxiliares nas gramáticas estudadas

SEQUÊNCIAS VERBAIS	GRAMÁTICAS ESTUDADAS					
	ROCHA LIMA (2011)	CUNHA & CINTRA (2008)	BECHARA (2009)	NEVES (2000)	PERINI (2010)	CASTILHO (2012)
<i>ter</i> + PART.	+	+	+	+	+	+
<i>haver</i> + PART.	+	+	+	+	-	+
<i>ser</i> + PART.	+	+	+	+	-	+
<i>estar</i> + PART.	-	+	+	+	-	+
<i>ficar</i> + PART.	-	+	+	+	-	-
<i>estar</i> + GER.	+	+	+	+	+	+
<i>ir</i> + GER.	+	+	+	+	+	+
<i>continuar</i> + GER. <i>continuar a</i> + INF.	-	-	+	+	+	-
<i>andar</i> + GER.	-	+	+	-	+	-
<i>andar a</i> + INF.	-	+	-	-	-	-
<i>vir</i> + GER.	-	+	+	+	+	+
<i>acabar</i> + GER.	-	-	-	-	+	-
<i>terminar</i> + GER.	-	-	-	-	-	-
<i>viver</i> + GER.	-	-	-	+	-	-
<i>ficar</i> + GER.	-	+	-	-	-	-
<i>ficar a (por)</i> + INF.	+	+	-	+	-	-
<i>querer</i> + INF.	+	-	+	-	+	-
<i>começar a</i> + INF.	-	-	+	+	+	-
<i>por-se a</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>estar para (a, por)</i> + INF.	-	+	+	-	-	-
<i>viver a</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>pegar a</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>tornar a</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>costumar</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>acabar de</i> + INF.	-	+	+	+	+	-
<i>cessar de</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>deixar de</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>parar de</i> + INF.	-	-	+	+	+	-
<i>bastar de</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>haver de (que)</i> + INF.	-	+	+	-	-	-
<i>ter de (que)</i> + INF.	-	+	+	+	+	-
<i>dever</i> + INF.	-	-	+	+	+	-
<i>precisar (de)</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>poder</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>querer</i> + INF.	+	-	+	-	+	-
<i>desejar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>odiar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>abominar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>buscar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>pretender</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>tentar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>ousar</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>atrever-se a</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>conseguir</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>lograr</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>parecer</i> + INF.	-	-	+	-	-	-
<i>ir</i> + INF.	-	+	+	+	+	+
<i>vir (a, de)</i> + INF.	-	+	+	+	-	-
<i>chegar a</i> + INF.	-	-	+	+	-	-
<i>voltar a</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>terminar de</i> + INF.	-	-	-	-	+	-
<i>passar a</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>desandar a</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>dar a (de)</i> + INF.	-	-	-	+	-	-
<i>terminar por</i> + INF.	-	-	-	+	-	-

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho.

É possível perceber do Quadro 1 que há concordância praticamente unânime em relação à caracterização como auxiliares dos verbos:

- *ter, haver, ser e estar*, quando se combinam com verbos no particípio passado;
- *ir, estar e vir*, quando se combinam com verbos no gerúndio;
- *ir*, quando se combina com verbos no infinitivo

Os verbos *acabar de* e *ter de (ter que)*, que se combinam com verbos no infinitivo, só não são listados nas gramáticas de Rocha Lima (2011) e de Castilho (2012), talvez pelo fato de o primeiro ter considerado em seu estudo apenas os verbos auxiliares fundamentais, e o segundo ter categorizado poucos verbos como auxiliares, devido ao fato de ter tratado dos diversos níveis de gramaticalização.

Como se pode ver, o Quadro 1 evidencia a heterogeneidade de análises acerca dos verbos auxiliares. Essa falta de uniformidade pode ser demonstrada pela quantidade de verbos que são considerados auxiliares. Isso pode estar relacionado à falta de critérios de auxiliaridade rígidos. Na realidade, muitos autores nem discorrem sobre critérios de auxiliaridade, limitando-se: a) a caracterizar os verbos auxiliares como verbos que, em um sintagma verbal, se combinam com outros verbos em uma das três formas nominais e b) a listar os verbos que são considerados auxiliares. Tal caracterização não é suficiente para determinar se um verbo é ou não é um auxiliar, uma vez que, como já foi demonstrado por Lobato (1975), a combinação de uma forma verbal com um infinitivo, um gerúndio ou um particípio, embora seja uma condição necessária, não é condição suficiente para definir esse verbo como um auxiliar⁹.

⁹ É importante destacar que Bechara (2009) também faz essa ressalva em sua gramática.

1.3.2 Os critérios de auxiliaridade

Dos autores analisados, somente Perini (2010) e Castilho (2012) apontam critérios de auxiliaridade, os quais estão relacionados à impossibilidade de:

- haver sujeitos distintos para os verbos da locução;
- negar qualquer um dos verbos da sequência independentemente do outro;
- existir exigência valencial por parte do auxiliar e
- inserir elementos entre o verbo auxiliar e o verbo principal.

Esses critérios são sintáticos, mas há ainda um último critério, o qual é semântico, e que é destacado por Castilho: o processo de gramaticalização, em que há esvaziamento semântico do verbo auxiliar.

Todos esses critérios, e outros, serão apresentados mais adiante, quando serão enumerados os critérios de auxiliaridade propostos por Eunice Pontes e Lúcia Lobato.

Conclusões preliminares

Neste primeiro capítulo, foram analisadas gramáticas tradicionais e gramáticas com perspectiva linguística acerca das propriedades da classe dos verbos auxiliares no português brasileiro.

Em relação às gramáticas tradicionais, observou-se que, em todas elas, há menção à classe de verbos auxiliares, porém não há referência a critérios ou testes para classificar um verbo como auxiliar. A única característica apresentada é a de que um verbo auxiliar é um verbo que se une a um outro verbo que esteja em uma das três formas nominais.

Entre as gramáticas de natureza linguística, Neves (2000) também não menciona critérios de auxiliaridade, apenas categoriza os verbos auxiliares em classes como: modalizadores, aspectuais, formadores de tempo composto e formadores de voz. Em contrapartida, Perini (2010) e Castilho (2012) apresentam alguns critérios e testes relevantes para a análise de um verbo como auxiliar – testes esses já propostos por Pontes (1973) e por Lobato (1975), como veremos no próximo capítulo.

Dessa forma, percebe-se que não há aprofundamento nas gramáticas no que tange os verbos auxiliares e, como prova disso, temos as grandes disparidades em relação ao elenco de verbos auxiliares apresentados por cada autor analisado.

CAPÍTULO II

Dos critérios de auxiliaridade

Introdução

Na tentativa de entender melhor o fenômeno da auxiliaridade e suas características na língua portuguesa, neste capítulo, descreveremos dois trabalhos que se voltaram especificamente à análise dessa classe de verbos em português, quais sejam, Pontes (1973) e Lobato (1975). Nossa ideia é apresentar cada um desses estudos aprofundados acerca do tema da auxiliaridade, dando destaque às propriedades que são elencadas nesses dois trabalhos como critérios definidores da classe dos verbos auxiliares.

2.1 Pontes (1973)

A autora apresenta uma descrição do que a tradição gramatical diz a respeito dos verbos auxiliares. Primeiramente, ela faz uma distinção entre *tempos compostos* e *conjugações perifrásticas* – sendo esta última expressão comumente tratada como sinônimo de *locuções verbais* – e apresenta os diversos pontos de vista dos gramáticos a respeito do assunto e a dificuldade em se estabelecer um conjunto de critérios de classificação de auxiliares. Além disso, ela descreve os critérios utilizados por Chomsky para a língua inglesa e os considera na análise dos auxiliares em português. Ademais, a autora estuda mais profundamente os verbos que têm orações como sujeito e como objeto. Para este estudo, importa-nos apenas a parte em que a autora apresenta o panorama da gramática tradicional e os critérios estabelecidos por Chomsky, sendo necessário outro estudo para que se possa compreender as estruturas dos verbos apresentados por ela no restante do livro.

2.1.1 A tradição gramatical

Baseando-se na gramática latina para a análise do português, João de Barros foi o primeiro autor a fazer uma distinção entre tempos compostos e conjugações perifrásticas. E isso ele o fez na sua *Grammatica da Língua Portuguesa*, que data de 1540. A ideia era encontrar formas verbais portuguesas correspondentes às latinas. O que ele percebeu foi que,

na ausência de uma forma sintética no português, o correspondente ao verbo latino era encontrado na forma analítica, sendo formado por mais de um verbo. Dessa maneira, ele analisou a voz passiva com a estrutura verbo *ser* + particípio e alguns tempos verbais formados pelo verbo *ter* + particípio.

Ainda que João de Barros tenha sido o iniciador nesse assunto, não há um consenso em relação à definição dos termos tempos compostos e conjugações perifrásticas, havendo uniformidade, apenas, em relação aos verbos *ter* e *haver* e muitas divergências quanto aos verbos *ser* e *estar*.

No tocante ao assunto, a fim de evidenciar as diferenças entre tempos compostos e locuções verbais, Gladstone Chaves de Melo (1968) considerou que os tempos compostos fazem parte da conjugação verbal normal, possuindo, inclusive, nomes próprios; já as locuções verbais buscam descrever o aspecto verbal. Pontes discorda quanto à categorização de tempos compostos proposta por Chaves de Melo, pois ela afirma que essa separação, e conseqüentemente o fato de possuírem cada qual seu nome, foi criação dos próprios gramáticos, e que isso não é justificativa suficiente para tal distinção.

Said Ali (1957, 1963, 1964) também refletiu sobre a oposição entre tempo composto e conjugação perifrástica e chegou à conclusão de que não há fundamento linguístico para a distinção, considerando, assim, tempo composto como conjugação perifrástica. Além de Said Ali, outros autores também não fazem a separação entre tempo composto e locução verbal, como Jerônimo Soares Barbosa (1871), Maximino Maciel (1931), Ernesto Carneiro Ribeiro (1950), João Ribeiro (1926), Rocha Lima (1964) e Mattoso Câmara Junior (1964).

Quanto à observação de que as locuções verbais se distinguem dos tempos compostos por indicarem aspecto, feita por Chaves de Melo (1968), alguns autores concordam, entre eles Adriano Kury (1960) e Câmara Junior (1964). Todavia, essa indicação de aspecto não é inerente a todas as locuções verbais, como já constatado pelo próprio Câmara Junior. Além disso, há ainda outros estudiosos que tentam justificar a diferença entre os dois termos, mas não chegam a nenhum fundamento que possa ser aplicado a todos os casos. Sendo assim, é possível afirmar que não há explicações concretas que validem a separação entre tempos compostos e locuções verbais. Por esta razão, Pontes não fará distinção entre tempos compostos e conjugações perifrásticas, considerando-as apenas como locuções verbais para qualquer que seja a sequência verbal.

Para dar continuidade ao seu estudo sobre locuções verbais, a autora analisa com maior profundidade o que diz Said Ali em suas obras *Gramática Secundária* (1963),

Gramática Histórica (1964) e *Dificuldades de Língua Portuguesa* (1957) e, em seguida, estuda as propostas de Epiphânio Dias, em sua *Sintaxe Histórica Portuguesa* (1959).

Said Ali estuda as locuções verbais considerando três critérios: o funcional, o semântico e o histórico. Na *Gramática Secundária*, ele divide os verbos em *nocionais*, que exercem função de predicativo, e *relacionais*, que se combinam com um adjetivo ou com outro verbo em forma infinita. Os verbos auxiliares são classificados por ele como verbos relacionais.

Na *Gramática Histórica*, soma-se a esse critério o critério histórico, que se baseia nas mudanças semânticas que ocorreram ao longo da história de alguns verbos, como *ser, estar, ficar, parecer, tornar-se, vir, fazer, tornar, ter, haver, ir, andar, vir* e outros. O autor chega à conclusão de que os verbos *andar, ir* e *vir*, quando combinados com o gerúndio e denotando duração e atualidade, funcionam como verbos auxiliares, embora, em outros casos, esses mesmos verbos não apresentem fusão semântica, ou seja, os verbos expressarão cada qual um ato concreto.

Em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, o autor se fundamenta na análise de outras línguas e inclui, no rol dos auxiliares, os modais *poder, saber, dever, haver de, ter de, querer*; os auxiliares causativos *fazer, mandar, deixar*; os acurativos ou determinativos *começar a, costumar, estar a, continuar a, acabar de, cessar de, ir, tornar a* e *ousar, desejar, gostar de, vir*, que não se enquadram em nenhum dos outros três grupos.

Evanildo Bechara, na *Moderna Gramática Portuguesa*, seguiu a classificação proposta por Said Ali de auxiliares acurativos, causativos e modais, segundo o critério semântico, mas acrescenta a isso a ideia de que, muitas vezes, a intenção do falante é que vai determinar se a sequência verbal é uma locução ou não.

Sobre a interpretação de verbos auxiliares como verbos de significação extinta proposta por Said Ali, outros autores também a adotaram, como Cláudio Brandão, Eduardo Carlos Pereira e Celso Cunha.

Mattoso Câmara adota o critério semântico para a definição de verbo auxiliar e só considera auxiliar aquele verbo que sofreu gramaticalização, fazendo uma associação com semantema¹⁰, que seria o verbo principal, e morfema¹¹, que seria o verbo auxiliar. Além disso, ele acrescenta que, para haver uma locução verbal, deve haver relação de subordinação; se

¹⁰ Semantema é a parte de um vocábulo que expressa um conceito, uma ideia de caráter unicamente lexical.

¹¹ Morfema é um elemento formal que se combina com o semantema, constituindo um mecanismo gramatical por meio do qual semantema passa a funcionar na comunicação linguística.

houver relação de coordenação entre os verbos, haverá uma sequência qualquer, e não uma sequência constituída de verbo auxiliar + verbo auxiliado.

Consoante o critério de subordinação proposto por Mattoso Câmara, Carlos Góes apresenta uma nova maneira de determinar um auxiliar: utilizando o processo de transformação, em que se tenta converter uma forma verbal infinita em uma forma verbal flexionada. Se o infinitivo for conversível, tem-se uma outra oração, caso contrário, há uma locução verbal (GÓES, 1917 *apud* PONTES, 1973, p. 29):

- (1) a. Havemos de esforçar-nos por se salvar a Pátria.
- b. *Havemos [de que nos esforcemos] por se salvar a Pátria.
- c. Havemos de esforçar-nos [para que a Pátria se salve].

No caso do verbo *esforçar*, não há a possibilidade de conversão, mas, no caso do verbo *salvar*, a conversão é possível, como se vê no exemplo acima. Sendo assim, a sequência *havemos de esforçar-nos* forma uma locução verbal, mas *salvar* representa outra oração.

Dentro do contexto sintático, Epiphânio Dias aborda esse tema em *Syntaxe Histórica Portuguesa* (1959), seguindo a tradição de estudar tempos compostos em conjugações e conjugações perifrásticas separadamente. O autor analisa vários verbos que são considerados auxiliares por outros autores e classifica-os conforme seu comportamento sintático. Dessa forma, considera como conjugações perifrásticas apenas as sequências de verbos que possuem como verbo auxiliar os verbos *ir, vir, andar, estar, ter de, haver de e ser*.

Sintetizando tudo que foi exposto sobre a tradição gramatical, Pontes (1973) percebe que são três os critérios utilizados pelos autores para a determinação de um verbo como auxiliar: a) o critério histórico, em que há mudança no significado, b) a critério de comparação entre línguas e c) o critério sintático. Desses três, o critério histórico (evolução semântica do verbo) é o mais utilizado. Por outro lado, a autora atribui à quantidade de critérios a confusão existente entre os autores e à diversidade de verbos elencados como auxiliares por cada um deles. Isso se dá pelo fato de alguns verbos poderem ser classificados como auxiliares por meio de um critério, mas utilizando-se outro critério, esses mesmos verbos podem não ser analisados como auxiliares. Alguns dos próprios autores estudados por Pontes (1973) se contradizem, considerando determinado verbo como auxiliar em uma obra, por aplicar um critério, mas, em outra obra, esse mesmo verbo não é considerado auxiliar porque outro critério é aplicado. Um exemplo que a autora aponta para ilustrar essa situação é

o que ocorre com Said Ali, que, em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, considera o verbo *mandar* um auxiliar causativo, por comparação entre línguas, porém, em sua *Gramática Histórica*, esse mesmo verbo, quando se combina com um infinitivo, é considerado um verbo transitivo, utilizando o critério sintático.

Pontes (1973) reconhece que, embora a gramática tradicional não tenha dado atenção profunda ao estudo das locuções verbais e observando-se as inúmeras divergências entre os autores que trataram do assunto, é clara a existência de três grupos de verbos que são abordados pelos autores. O primeiro, e também acerca do qual praticamente não há discordância, é o grupo formado pelos verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*. Ressalta-se que alguns autores não alocam o verbo *ser* no rol dos auxiliares quando em construções passivas. Já o verbo *estar* não é considerado auxiliar por alguns os autores por não ser formador de tempo composto. De todo modo, esse primeiro grupo é aquele a respeito do qual há menos discordâncias.

O segundo grupo de verbos é chamado por alguns autores de auxiliares acidentais ou semi-auxiliares, por não formarem tempos compostos. É constituído pelos verbos *ir*, *vir*, *andar*.

O terceiro e último grupo é o que apresenta mais divergências e é constituído pelos verbos chamados de acurativos e pelos verbos causativos. Tais divergências se dão em decorrência dos critérios utilizados, em especial o semântico, que, muitas vezes, não são claros e suficientemente objetivos para se chegar a uma conclusão concreta.

Devido a essa confusão existente nas gramáticas portuguesas, Pontes (1973) adotará apenas um critério para a determinação de um auxiliar. Primeiramente, a autora desconsidera o critério histórico, “porque não é possível afirmar que todos os chamados auxiliares tiveram evolução semelhante” (1973, p. 39-40). Além disso, ela não quer adotar um critério que utiliza a diacronia, pois seu foco é analisar o português contemporâneo. O segundo critério abandonado é o da comparação entre línguas, pois fazer traduções de verbos que são considerados auxiliares em outras línguas não é algo justificável, a menos que seja feita uma análise comparativa mais profunda. Por fim, o critério adotado por ela é o sintático, pois ele permite encarar a locução verbal como um problema sintático. Apesar disso, esse critério ainda é pouco tratado nas gramáticas tradicionais, pois as locuções verbais são explicitadas na parte de morfologia, como diz Pontes (1973, p. 41):

Como as LV [= locuções verbais, GCS] consistem de mais de uma palavra, não se pode compreender que seu estudo seja feito na parte dedicada à Morfologia. Trata-se de um problema claramente sintático, pois além de implicar em grupos de palavras, envolve “o valor funcional das palavras na oração” e “relações de dependência das palavras” e até de orações, quando se relacionam com orações reduzidas.

Dessa forma, adotando uma versão da Teoria Gerativa, Pontes dará continuidade a seu estudo sobre os verbos auxiliares do português.

2.1.2 O auxiliar em português

Uma sequência verbal do português, composta de verbo auxiliar e verbo principal, apresenta as seguintes propriedades:¹²

- a) O primeiro verbo da sequência verbal é o que vai se flexionar em tempo e pessoa;
- b) O segundo verbo da sequência estará em alguma das formas nominais: gerúndio, particípio ou infinitivo
- c) O primeiro verbo da sequência vai determinar qual será a forma não-finita do segundo elemento, estabelecendo, assim, uma relação de interdependência. Exemplo disso se vê abaixo em que o auxiliar *ter* exige que o verbo que imediatamente o segue esteja no particípio passado:

- (3) a. João deve estudar.
- b. *João deve estudado.
- c. João tem estudado.
- d. *João tem estudar.
- e. João está estudando.
- f. *João está estudar.

- d) O primeiro elemento da sequência pode ser substituído por outro verbo, porém há um número finito de substituições possíveis. Das três formas não-finitas, a mais restrita é a do particípio, que só pode ser construída com os verbos *ter* e *haver*, em

¹² Todos os exemplos apresentados nesta subseção foram extraídos de Pontes (1973, p. 44 – 52).

construções ativas, ficando o particípio invariável, pois não recebe flexão de número nem de gênero:

- (4) a. João tem comprado livros.
- b. João havia comprado livros.

Alterando a ordem dos termos de (5a) e passando para o começo da oração o nominal que funciona como objeto e para o fim da oração o nominal que funciona como sujeito, pode-se usar, também, o verbo *ser*:

- (5) a. João compra livros.
- b. Livros são comprados por João.

Ainda é possível utilizar o verbo *estar* quando se altera a ordem dos termos. Nesse caso, geralmente o último SN deve estar ausente:

- (6) Os livros estão comprados.

A classe que se combina com a forma de gerúndio é composta pelos verbos *estar*, *andar*, *ir*, *vir*, *ficar*, *permanecer*, *continuar*, etc.

A terceira classe é a dos verbos que se combinam com o infinitivo e possui uma lista mais vasta de membros: *ir*, *dever*, *poder*, *costumar*, *começar*, *continuar*, etc.

- e) É possível encontrar sequências verbais de quatro verbos ou de até cinco, se considerarmos as orações na voz passiva:

- (7) a. Devemos ter estado comprando.
- b. Deve ter estado sendo comprado.

- f) Há uma ordem nas sequências verbais para os verbos que podem combinar-se. De acordo com Pontes (1973, p. 46),

[...] não se podem trocar as posições dentro da sequência. Interessante é que estas restrições não são apenas referentes a estes verbos que aí se encontram, e sim a todas as classes de verbos que podem ser substituídos em cada posição. Ou seja, em primeiro lugar pode ocorrer a classe de *dever* + *-r*, depois a de *ter* + *-do*, em seguida a de *estar* + *-ndo* (e só por último, se for o caso, *ser* + *-do*).¹³

Segundo a autora, Chomsky, em seus primeiros trabalhos sobre o auxiliar em inglês, se depara com essa mesma situação ao analisar algumas sequências verbais:

- (8) a. The man *takes* the book.
 b. The man *has taken* the book.
 c. The man *is taking* the book.

É possível perceber uma semelhança entre o português e o inglês, se compararmos a interdependência de *ter* e *-do* com *has* e *-en* e entre *estar* e *-ndo* e *be* e *-ing*. Por conta disso, a autora adapta as regras sintagmáticas propostas por Chomsky (1957), em *Syntactic Structures*, para o sistema de verbos auxiliares do português:¹⁴

- (9) (i) $SV \rightarrow Aux + V$
 (ii) $Aux \rightarrow T (M + -r) (ter + -do) (estar + -ndo)$
 (iii) $T \rightarrow PRES, PASS$
 (iv) $M \rightarrow dever, poder, \dots$
 (v) $V \rightarrow comprar, comer, etc.$

¹³ A autora utiliza *-r* para fazer referência ao infinitivo, *-do* para fazer referência ao particípio e *-ndo* para fazer referência ao gerúndio.

¹⁴ As siglas e os símbolos utilizados nas regras sintagmáticas são os seguintes:

\rightarrow : reescreve-se	Exemplo: $\alpha \rightarrow \beta = \alpha$ se reescreve como β
() : opcionalidade	Exemplo: $(\alpha) = \alpha$ é opcional
Aux: constituinte auxiliar	PRES: morfema de presente
M: verbo modal	PASS: morfema de passado
O: oração	
T: morfemas flexionais de tempo	
V: verbo (principal)	-r: morfema de infinitivo
	-do: morfema de particípio
	-ndo: morfema de gerúndio
SN: sintagma nominal	
SPred: sintagma predicativo	
SV: sintagma verbal	

Posteriormente, em *Aspects of the Theory of Syntax*, Chomsky (1965) apresenta uma versão reformulada do sistema de regras acima, não colocando o auxiliar como um constituinte do SV, mas como parte de um sintagma predicativo:

- (10) (i) $O \rightarrow SN + SPred$
(ii) $SPred \rightarrow Aux + SV$ (Lugar) (Tempo)
(iii) $Aux \rightarrow Tempo$ (M) (Aspecto)

A explicação para tal mudança é porque “os complementos do verbo o subcategorizam” (PONTES, 1973, p. 49). Dessa forma, o fato de o verbo selecionar ou não um SN como complemento faz com que esse verbo seja subcategorizado como transitivo ou intransitivo, diferentemente do que acontece com o verbo auxiliar, que pode combinar-se com qualquer verbo, não o subcategorizando.

Analisando a estrutura do auxiliar proposta por Chomsky e ilustrada em (10iii), esse constituinte se reescreve obrigatoriamente em Tempo, o qual não chega a ser um problema para a língua portuguesa e, opcionalmente em Modal, que pode ser qualquer verbo que possa anteceder o infinitivo, com exceção daqueles que formam com o infinitivo uma relação de subordinação. Um exemplo é o verbo *declarar*, que é transitivo e, portanto, o infinitivo que o segue forma uma nova oração, que funciona como seu complemento:

- (11) O homem declarou ter estado estudando.

Nesse exemplo, o constituinte *ter estado estudando* é uma oração subordinada objetiva direta, não formando, assim, uma relação de auxiliação com o verbo *declarar*.

Pensando nos verbos que podem ser auxiliares, Pontes (1973) afirma que um exemplo típico de auxiliar é o verbo *ter* (e também *haver*) que se combina com particípio passado. Por conta disso, a autora vai descrever as propriedades desse auxiliar, na tentativa de, a partir dessa descrição, extrair alguns critérios de auxiliaridade.

- a) Posição sintática: *ter* apresenta posição fixa na oração; ele aparece antes do verbo auxiliar *estar*, não sendo possível aparecer depois dele, e aparece depois dos modais, não sendo possível anteceder-los. Assim, são consideradas agramaticais as seguintes combinações:

- (12) a. *está tendo comprado.
b. *tem devido comprar.

Mesmo com a passagem da voz ativa para a voz passiva, a posição do verbo *ter* continua a mesma, qual seja, ele deve aparecer entre o verbo modal e o auxiliar *estar*, como se vê no exemplo abaixo:

- (13) a. João pode ter estado comprando flores.
b. Flores podem ter estado sendo compradas por João.

- b) Forma do particípio: fica invariável o particípio que se combina com *ter*:

- (14) a. Os meninos têm estudado.
b. *Os meninos têm estudados.

- c) Modificação adverbial: adjuntos adverbiais de tempo modificam a sequência formada de *ter* + particípio como um todo, pois essa sequência funciona como uma unidade semântica em relação ao tempo:

- (15) a. João tem estudado ultimamente.
b. * João tem estudado amanhã.

- d) Escopo da negação: a sequência constituída por *ter* + particípio também é uma em relação à negação, a qual recai sobre toda a sequência verbal, não podendo aparecer entre o verbo auxiliar e o verbo principal, como se vê abaixo:

- (16) a. João não tem estudado.
b. *João tem não estudado.

f) Restrições de seleção: as restrições nada têm a ver com o verbo *ter*, sendo estabelecidas somente pelo verbo principal:

- (17) a. A pedra quebrou.
b. A pedra tinha quebrado.
c. *A pedra tinha lido.

g) Compatibilidade com verbos principais: *ter* é compatível com qualquer tipo de verbo principal:

- (18) a. Tinha chovido.
b. Tinha havido aula.

Todas as características apresentadas mostram as peculiaridades inerentes ao verbo *ter*, fazendo dele o verbo que melhor se encaixa na definição de auxiliar, pois “tem um significado próprio, coeso e se comporta sintaticamente de maneira tão especial” (PONTES, 1973, p. 52).

Desse exame das propriedades do verbo *ter*, um verbo auxiliar por excelência, Pontes (1973) extrai os critérios de auxiliaridade, que podem ser aplicados a um determinado verbo com a finalidade de verificar se ele é um auxiliar ou não. Esses critérios aparecem listados no Quadro abaixo:

Quadro II: Critérios de auxiliaridade propostos por Pontes (1973)

CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE
Apassivação
Ausência de restrição de seleção quanto ao sujeito
Circunstante temporal - compatível com a semântica da sequência verbal e - com escopo sob a sequência como um todo
Impossibilidade de complementação finita (oração desenvolvida)
Negativização - antes de toda a sequência verbal e - com escopo sob a sequência verbal como um todo
Posição fixa em uma sequência de verbos (auxiliares)
Possibilidade de combinação com qualquer tipo de verbo principal

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (a partir de PONTES, 1973)

Na nossa análise do verbo *custar*, levaremos em consideração esses critérios.

Vejamos agora a perspectiva adotada por outra autora, na sua análise dos verbos auxiliares do português.

2.2 Lobato (1975)

A fim de contribuir com a discussão relativa ao conceito de verbo auxiliar, Lobato (1975) apresenta um estudo acerca dos critérios que podem ser utilizados para a classificação de um verbo como auxiliar. Os critérios são apresentados em dois momentos. Primeiramente, são apresentados aqueles critérios que são usados nas gramáticas (implicitamente ou não) para determinar se um verbo é ou não um auxiliar. Em seguida, a autora apresenta outros critérios que podem ser relevantes para a identificação de verbos auxiliares.

2.2.1 Critérios comumente presentes nas gramáticas

O primeiro critério apresentado é o critério semântico, segundo o qual todo verbo auxiliar se caracteriza por perda semântica, característica do processo de gramaticalização. Segundo a autora, o processo de perda semântica se dá em diferentes níveis. Por exemplo, em construções com o verbo *ser* + particípio passado, é possível notar que o verbo *ser* sofreu completa gramaticalização, contrariamente ao verbo *continuar*, que mantém sua carga semântica, independentemente de estar acompanhado por uma forma nominal, como o gerúndio em *continuou*, ou por um substantivo, como em *continuou seu trabalho*. Em outras palavras, para a autora esse critério não se aplica de modo uniforme às sequências verbais formadas e “não havendo como saber onde parar no eixo da desmaterialização, fica evidente o caráter subjetivo de sua aplicação” (LOBATO, 1975, p.31).

O segundo critério apontado é o da unidade significativa e possui estreita relação com o anterior, uma vez que, de acordo com esse critério, o auxiliar é um elemento meramente gramatical (isto é, sem carga lexical), deixando para o verbo auxiliado toda a carga lexical. Todavia, a autora afirma que não é isso que se verifica pois “tanto o auxiliar tradicional quanto o auxiliado possuem valores lexicais e gramaticais” (LOBATO, 1975, p.31).¹⁵

¹⁵ A autora se baseia no seguinte trabalho para fazer essa sua afirmação:

BENVENISTE, Émile. “Structure des relations d’auxiliarité”. *Acta Linguistica Hafniensia*. IX (1), 1965, p. 1-15.

O terceiro critério apresentado é o da acepção egocêntrica, segundo o qual um verbo auxiliar não possui ligação semântica com seu sujeito gramatical. Isso pode ser vislumbrado no exemplo abaixo:¹⁶

(19) Eu tinha guardado as cartas no fundo da gaveta.

Em (19), o sujeito da oração é o pronome *eu*, que mantém relação com o verbo *guardado*, pois é seu agente, não tendo nenhuma relação com o auxiliar *tinha*. Esse verbo denota apenas uma relação de anterioridade, ligando-se, assim, ao locutor da oração. A objeção de Lobato (1975) a esse critério é o seu caráter por demais sutil, uma vez que, em alguns casos, não é fácil tecer explicações convincentes para a relação do auxiliar com o locutor e não com o sujeito.

O quarto critério, que mais comumente é apresentado nas gramáticas escolares, é aquele de acordo com o qual o processo de auxiliação se dá por meio da combinação de um verbo flexionado seguido de outro verbo (auxiliar ou não) em uma das três formas não-finitas do verbo: infinitivo, gerúndio ou particípio. De acordo com Lobato (1975), ainda que esse critério seja bastante disseminado, nem toda composição de verbos que apresenta a referida estrutura pode ser um exemplo de verbos em processo de auxiliação. Os exemplos a seguir ilustram esse ponto:

(20) a. Empalideceu vendo aquela cena.

b. Estava vendo aquela cena.

As sequências verbais compostas, na linearidade, dos verbos *empalideceu* e *estava* seguidos do verbo *vendo* não têm o mesmo estatuto. Dessas sequências, apenas aquela em (20b) é uma sequência composta por um verbo auxiliar. Como saber isso se ambos os exemplos têm a mesma estrutura, qual seja, verbo flexionado seguido de outro verbo no gerúndio? Esse é o problema desse critério. Sozinho, ele não é capaz de separar, do conjunto das combinações de verbos com a estrutura verbo flexionado + forma não-finita, as sequências verbais que contêm verbos auxiliares daquelas que não os contêm.

O quinto critério que é bastante utilizado em análises de outras línguas é o das restrições paradigmáticas, o qual prevê que todo verbo auxiliar é um verbo defectivo. Na

¹⁶ Todos os exemplos ilustrativos dos critérios de auxiliabilidade propostos por Lobato foram extraídos de Lobato (1975, p. 32 – 70).

língua portuguesa, efetivamente, a conjugação que os verbos auxiliares não vão possuir, segundo Lobato (1975), é a do imperativo. Isso não significa dizer que a carência de imperativo no paradigma caracterizaria automaticamente um verbo como auxiliar, mas, existindo uma categoria de auxiliares na língua, tais verbos, por terem de partilhar as mesmas características linguísticas, apresentarão essa lacuna no seu paradigma.

O sexto critério refere-se à ordem superficial dos verbos, de acordo com o qual, em geral, o verbo auxiliar antecede imediatamente o principal. O fato de essa ordem poder ser invertida em alguns contextos torna problemática a aplicação desse critério.

Finalmente, o sétimo critério é o da separabilidade, consoante o qual, “um grupo verbal semanticamente uno e formando um todo funcional, do mesmo modo que uma lexia, seria indissociável” (LOBATO, 1975, p. 35). Em português, há, no entanto, a possibilidade de separação, que se vê no exemplo a seguir:

(21) Estava eu dormindo, quando bateram à porta.

Essa possibilidade faz com que a separabilidade não possa ser empregada como um critério de determinação de auxiliares.

Além dos critérios apontados acima, a autora apresenta outros critérios, não tão aplicados, mas que podem ajudar no reconhecimento de um verbo como auxiliar.

2.2.2 Outros critérios de identificação de verbos auxiliares

O primeiro critério é o da impossibilidade de um verbo auxiliar ser seguido de uma oração completiva finita (isto é, uma oração introduzida por uma conjunção e que apresenta verbo flexionado). Esse critério é exemplificado abaixo:

(22) Parece que vai chover.

Com esse exemplo, a autora conclui que o verbo *parecer* não pode ser considerado auxiliar segundo esse critério, pois admite a construção de completiva, o que indica que o período em que esse verbo aparece é composto por mais de uma oração.

O segundo critério que Lobato acrescenta é de natureza prosódica, “segundo o qual, o conjunto auxiliar + auxiliado forma um só grupo fonético ou grupo acentual, onde o auxiliar é uma forma átona e proclítica” (LOBATO, 1975, p. 37). Assim como o critério de

separabilidade, já mencionado, o critério prosódico não se aplica em todos os casos. Um desses casos é apresentado a seguir:

(23) Estava ele pegando no sono quando chegou.

Em (23), o pronome *ele* intervém entre o auxiliar *estava* e o auxiliado *pegando*, o que mostra que, nesse caso, esses dois verbos não constituem um grupo acentual. A conclusão da autora é que esse não é um critério sempre pertinente para detecção de verbos auxiliares.

O terceiro critério é a frequência da ocorrência na língua, o qual determina que só poderá ser considerado como auxiliar aquele verbo que é muito frequentemente seguido de infinitivo, gerúndio ou particípio. Esse critério se baseia na ideia de que elementos gramaticais têm frequência média maior que a frequência de elementos lexicais. A dificuldade de aplicação desse critério reside em dois aspectos: a) como computar a noção de frequência para estabelecer um parâmetro de maior ou menor frequência no texto e b) quantos textos devem ser considerados de modo a que a amostra de dados seja estatisticamente relevante para a análise linguística.

O quarto critério testa a incidência de um circunstante de tempo em relação a um grupo verbal, determinando se esse grupo se comporta como um só sintagma verbal ou não. Uma característica que deve estar, necessariamente, presente nos verbos auxiliares é a de que os complexos formados com esses verbos “serão seguramente sequências unas em relação à incidência de um circunstante de tempo” (LOBATO, 1975, p. 43). Os exemplos abaixo mostram que, na sequência *estar* + gerúndio, os dois verbos formam um constituinte:

- (24) a. Há horas, está comendo.
- b. Está comendo há horas.
- c. Está, há horas, comendo.

Nesses exemplos, qualquer que seja a posição do circunstante temporal, esse circunstante incide sobre todo o grupo verbal. Por conta disso, a autora chega à conclusão de que esse critério é condição necessária (mas não é condição suficiente) para caracterizar um verbo como auxiliar, pois, havendo auxiliares na língua, os complexos verbais formados a partir desses verbos serão unidades que serão modificadas como um todo pelo circunstante temporal.

O quinto critério apresentado é o da apassivação, segundo o qual os verbos auxiliares devem ser propensos a se combinar com verbos apassiváveis, havendo relação de paráfrase quando a oração passar da voz ativa para a passiva, como se vê nos exemplos abaixo:

- (25) a. Eles têm enganado você.
b. Você tem sido enganado por eles.

Da aplicação desse critério, chega-se à conclusão de que o verbo *ter* é um auxiliar, pois ele se combina tanto com a forma ativa do verbo *enganar* (exemplo 25a) como com sua forma passiva (exemplo 25b), sem haver, contudo, modificação do significado, ou seja, mesmo com o verbo auxiliar *ter*, a voz passiva continua sendo uma paráfrase da voz ativa.

O sexto critério tem a ver com substituição de verbos a fim de diferenciar o campo lexical da gramática. Em outras palavras, esse critério trata da possibilidade de substituição de uma construção por outra: quanto maior o leque de escolhas, maior o caráter lexical da unidade. Vejamos como se operacionaliza esse critério:

- (26) a. Livros são lidos.
b. Leem-se livros.

Como se vê, a oração na voz passiva analítica (26a) pode ser substituída pela oração na voz passiva sintética (26b). Há um conjunto de escolhas possíveis e esse conjunto pode ser mais amplo ou mais restrito, dependendo do rigor que se empregue. Se houver maior rigor, o resultado pode ser que não haja verbos auxiliares, ou seja, todas as sequências verbais têm caráter lexical. Se houver menor rigor, o resultado pode ser que haja alguns verbos auxiliares. Dependendo de como se empregue esse critério, a sequência verbal *ser* + *particípio passado* pode ser analisada como uma sequência formada a partir de um verbo auxiliar ou como um construção lexical. Como se vê, há subjetividade na maneira como esse critério pode ser aplicado. Por conta disso, a autora não o considera como diagnóstico de identificação de auxiliares.

O sétimo critério é a extensão do campo de aplicação de um morfema. De acordo com esse critério, só seria considerado auxiliar aquele verbo pode se combinar com qualquer tipo de sujeito ou de verbo auxiliado. Lobato (1975) afirma estarem as sequências *ter* / *haver* +

particípio passado, *estar / andar* + gerúndio e *ir / dever*_{epistêmico} / *poder*_{epistêmico} / *parecer* + infinitivo como as que possuem maior liberdade combinatória¹⁷.

O oitavo critério que Lobato (1975) apresenta é o da negativização, que se resume na ideia de que um grupo verbal formado por processo de auxiliação não pode ser desmembrado por uma negação. É o que se vê ilustrado nos exemplos abaixo:

- (28) a. João tem dormido muito.
- b. João não tem dormido muito.
- c. *João tem não dormido muito.
- d. *João não tem não dormido muito.

Como se vê no exemplo (28b), é possível uma única negação, a qual se posiciona antes do verbo auxiliar *tem*. Os exemplos (28c) e (28d) são agramaticais pelo fato de a negação ter sido inserida entre o auxiliar *tem* e o particípio. Em (28d), o fato de haver duas negações contribui para sua agramaticalidade.

A pronominalização constitui o nono critério apresentado por Lobato (1975) e, segundo esse critério, se o verbo na forma não-finita puder ser substituído por um pronome, está-se diante de dois verbos principais e não de uma sequência verbal formada por um processo de auxiliarização. É o que se vê no exemplo a seguir:

- (29) Naquele tempo, João era nascido, mas eu não *o* era.

Nesse exemplo, o particípio *nascido* pode ser substituído pelo pronome *o*, o que indica que a sequência não é formada por um verbo auxiliar seguido de um verbo auxiliado.

Segundo a autora, há outra maneira de valer-se da pronominalização como possível diagnóstico. Trata-se da utilização do pronome *o* como um pronome oracional:

¹⁷ Ao tratar da liberdade combinatória dos verbos auxiliares, Lobato (1975, p. 54) ainda menciona que, entre os próprios verbos auxiliares, existe uma ordem fixa, a qual é:

(i) MODAL + TER/HAVER + ESTAR + SER + PARTICÍPIO PASSADO

Ao tratar especificamente da combinação *ser* + particípio passado, formadora de voz passiva, a autora ressalta que, além de o auxiliar formador de voz passiva ser o último verbo auxiliar da sequência verbal (vindo antes apenas do verbo principal), a voz passiva ainda sofre o efeito de outras restrições que afetam as suas possibilidades combinatórias e, conseqüentemente, o seu ordenamento na sequência verbal.

(30) a. Ele crê que a Maria virá.

b. Ele crê ter razão.

c. Ele *o* crê.

(31) a. Ontem João estava lendo o livro.

b. *Ontem João *o* estava.

O pronome *o*, em (30c), pode substituir tanto a oração completiva desenvolvida *que a Maria virá* como a oração reduzida *ter razão*. Ele é, portanto, uma variante dessas orações. Já em (31b), esse pronome não pode substituir a expressão *lendo o livro*, o que mostra que essa expressão não pode ser considerada uma oração completiva do verbo *estar*.

Como deve ter ficado claro da apresentação do trabalho de Lobato (1975), a autora elenca um amplo conjunto de critérios de auxiliaridade, sendo que alguns desses critérios não se aplicam a todos os verbos da língua, tornando-se, assim, critérios não conclusivos para a tarefa de identificar a lista dos verbos auxiliares *stricto sensu* do português. Em vista disso, a autora faz um levantamento dos critérios que julga serem os mais pertinentes para a determinação de um verbo auxiliar. Ou seja, será auxiliar aquele verbo que satisfizer todos esses critérios. Além disso, ela os hierarquiza da seguinte forma:

Quadro III: Critérios de auxiliaridade propostos por Lobato (1975)

CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE E SUA HIERARQUIZAÇÃO	
1.	Unidade semântica - um só sujeito
2.	Carência de forma imperativa no paradigma verbal
3.	Impossibilidade de orações completivas finitas introduzidas por <i>que</i> ou por <i>se</i>
4.	Incidência de circunstante temporal
5.	Apassivação
6.	Extensão combinatória
7.	Negativização
8.	Pronominalização

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (a partir de LOBATO 1975)

A utilização desses critérios e sua hierarquização permite a Lobato (1975) chegar à lista de auxiliares *stricto sensu* da língua, eliminando da lista de prováveis verbos auxiliares os verbos volitivos, os causativos, muitos dos verbos de desenvolvimento e outros. Sendo assim, a autora delimita o rol de auxiliares a quatro verbos: *ser, ter, haver e estar*, os quais

São realmente verbos em que se processou perda semântica e que apresentam com seu auxiliado unidade semântica (um só sujeito) e funcional (indissociabilidade funcional pela negação, possibilidade de combinação com qualquer tipo de sujeito e comportamento como um todo sob a incidência de um circunstante de tempo ou de um pronome clítico), pertencendo todos os quatro a uma classe gramatical (alta frequência média de ocorrência num texto dado, passagem obrigatória e número restrito de elementos na classe, sem possibilidade de criação de outros membros por parte do falante).

(LOBATO, 1975, p.77)

Apesar disso, a autora não classifica como absoluto esse grupo de verbos, uma vez que nem sempre são esses os verbos elencados como auxiliares em estudos mais tradicionais sobre o assunto. Ademais, há ainda outros estudos linguísticos a respeito do tema que chegam a conclusões bem distintas quanto à auxiliaridade.

Conclusões preliminares

Neste segundo capítulo, descrevemos dois trabalhos cujo objeto de estudo foram os verbos auxiliares, quais sejam, Pontes (1973) e Lobato (1975). Como deve ter ficado claro, o percurso argumentativo de ambas as autoras é bem parecido, uma vez que as duas partem de uma visão geral acerca de como o assunto é tratado nas gramáticas tradicionais e, em seguida, apresentam características que consideram específicas aos verbos auxiliares e que, por isso, podem ser tomadas como diagnósticos de identificação de verbos auxiliares. Os critérios apontados pelas autoras servirão de base para que possamos dizer se o verbo *custar*, nas estruturas que estudaremos no próximo capítulo, se comporta como um verbo auxiliar ou não.

CAPÍTULO III

A sintaxe do verbo *custar*

Introdução

Neste capítulo, apresentaremos nossa proposta de análise para o verbo *custar*. Antes de analisarmos a sintaxe desse verbo, primeiramente, explicitaremos os sentidos associados a ele, mostrando aquele que será escolhido como nosso objeto de estudo. Em seguida, passaremos a estudar dois aspectos do verbo *custar* no sentido selecionado para este estudo. O primeiro aspecto desse verbo que abordaremos se relaciona com sua natureza: à luz dos critérios de auxiliaridade estabelecidos por Pontes (1973) e por Lobato (1975), verificaremos se o verbo *custar* faz parte do rol dos verbos auxiliares. O segundo aspecto de *custar* que nos propomos a investigar tem a ver com sua estrutura sintática: com base nos pressupostos da Teoria Gerativa, apresentaremos uma proposta de análise sintática para as estruturas projetadas por esse verbo.

3.1 Os sentidos do verbo *custar*: delimitando o objeto de estudo

Como já foi dito na introdução desta monografia, o objeto deste estudo é o verbo *custar*. No entanto, como esse verbo apresenta mais de um sentido, é importante apresentá-los para que se defina qual desses sentidos do verbo *custar* será o objeto de estudo deste trabalho. Nesta seção, apresentaremos os valores semânticos associados ao verbo *custar*, de acordo com a perspectiva de Rocha Lima (2011), e, em seguida, delimitaremos qual desses valores será pertinente para a análise que faremos neste capítulo.

O primeiro sentido do verbo *custar* destacado por Rocha Lima é o de “algo custoso e difícil”. Para ele, quando utilizado nessa acepção, o verbo “tem por sujeito uma oração reduzida de infinitivo, a qual pode ser precedida pela preposição *a*, a título de expletivo, ou surgida – como é mais provável – por efeito de alguma contaminação sintática” (ROCHA LIMA, 2011, p. 518). Os exemplos a seguir ilustram esse sentido:¹⁸

¹⁸ Como esta seção apresenta os sentidos do verbo *custar* a partir da perspectiva de Rocha Lima, todos os exemplos apresentados na seção foram extraídos das páginas 519 e 520 da sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*.

- (1) a. Começou a lição escrita. Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era.
b. Custou-me a deixar meu pai.

Além disso, o autor menciona que, em um dado momento, *custar* também passou a ser utilizado com o sentido de “demorar”, devido à proximidade semântica existente entre os dois verbos:

Parece certo que a forma pessoal, acompanhada de preposição (*Custo a crer nisso; Custamos a resolver o problema.*), vulgarizada a partir do Romantismo, é contribuição brasileira à sintaxe e semântica desse verbo.

Inegavelmente, não transmitem o mesmo pensamento estes dois modos de dizer:

Custou-lhe acordar à hora combinada. (= Foi-lhe penoso acordar...)

e

Paloma custou a acordar à hora combinada. (= Paloma demorou a acordar...).

(ROCHA LIMA, 2011, p. 519-520)

O segundo sentido do verbo *custar* abordado pelo autor é o de “ser adquirido pelo preço de”. Nessa interpretação, esse verbo pode ser seguido por um complemento circunstancial indicando o preço ou, ainda, pode ser acompanhado desse complemento e de um objeto indireto. Sobre esse sentido, vejamos os exemplos:

- (2) O anel – disse o comendador ao fidalgo – tinha três brilhantes que lhe custaram duzentas e cinquenta libras esterlinas.

Por fim, o último sentido de *custar* descrito pelo autor é o de “causar, acarretar consequências”. Nessa interpretação *custar* é um verbo bitransitivo:

- (3) Esta obrigação custou-lhe lágrimas, mas não hesitou um instante.

Para a presente pesquisa, levaremos em consideração apenas o primeiro sentido abordado por Rocha Lima, qual seja, o de *custar* como “algo custoso, difícil, demorado”. A seleção desse significado tem a ver com a estrutura sintática associada ao verbo. Dos três sentidos apontados por Rocha Lima (2011), esse é o único em que *custar* aparece na estrutura abaixo:

(4) ... *custar* (preposição) V_{INFINITIVO} ...

Como se vê em (4), na interpretação de “ser custoso”, “ser difícil” e “ser demorado”, o verbo *custar* se combina com uma forma verbal infinitiva, a qual é opcionalmente introduzida por uma preposição. Essa estrutura, em que *custar* se combina com uma forma não-finita, se assemelha às configurações de verbos auxiliares e, por conta dessa semelhança formal, resolvemos estudá-la nesta monografia.

Dois são as perguntas que norteiam a pesquisa:

- Pode-se analisar o verbo *custar* com o sentido de “ser custoso”, “ser difícil” e “ser demorado” e que apresenta a estrutura em (4) como um verbo auxiliar?
- Quais são propriedades sintáticas do verbo *custar* nessa estrutura?

Antes de apresentarmos nossa análise do verbo *custar*, é importante destacar que, embora Rocha Lima (2011) tenha feito uma diferenciação entre *custar* como “ser custoso” e “ser difícil” e *custar* como “ser demorado”, não adotaremos tal distinção aqui, pois não acreditamos que essa diferença seja pertinente para o propósito desse estudo. Além disso, não nos limitaremos a exemplos em que o verbo *custar* se combina com uma oração reduzida na função de sujeito (de acordo com a análise de Rocha Lima) e em posição pós-verbal; estudando também exemplos nos quais *custar* se combina com sujeito nominal em posição pré-verbal, pois acreditamos que há diferenças relevantes entre as duas estruturas que contribuirão para o nosso estudo.

Os dados analisados nesta pesquisa provêm da literatura linguística sobre o tema e da própria pesquisa da autora deste trabalho, que os criou com base em sua própria competência linguística de falante nativa ou que os coletou em situações reais de interação linguística.

Os julgamentos de aceitabilidade reportados aqui refletem, em grande parte, a intuição da autora do trabalho. Às vezes, quando a autora não se sentiu segura de seu julgamento, recorreu ao julgamento de 30 informantes, todos falantes nativos de português brasileiro, os quais foram consultados sobre algumas estruturas com o verbo *custar* e, acerca dessas estruturas, informavam: a) se eles produziam tais estruturas ou se já haviam ouvido alguém produzi-las e b) se achavam que as estruturas apresentadas eram boas ou ruins. Para o cômputo desses julgamentos, foi feita a seguinte avaliação:

- uma estrutura julgada como boa foi interpretada como gramatical e
- uma estrutura julgada como ruim foi interpretada como agramatical (e, seguindo a prática corrente em Linguística, foi sinalizada com um *).

Apresentado o sentido do verbo *custar* que será o nosso objeto de estudo e discutidas algumas questões relevantes para o entendimento de nossa pesquisa, passaremos agora a analisar as propriedades do verbo *custar* na estrutura *custar* – preposição – V_{INFINITIVO}.

3.2 Diagnosticando a auxiliaridade de *custar*

O objetivo desta seção é tentar responder à pergunta relativa à natureza do verbo *custar* quando se combina com um infinitivo. Nessa configuração sintática, poderíamos analisar o verbo *custar* como um auxiliar?

No capítulo anterior, foram apresentados os critérios de auxiliaridade propostos por Pontes (1973) e por Lobato (1975). Esses diagnósticos serão retomados nesta seção e servirão como argumentos fundamentais para o nosso objetivo de compreender o comportamento do verbo *custar* e, assim, oferecer uma resposta apropriada à pergunta acerca de sua auxiliaridade.

3.2.1 Unidade semântica: exigência de sujeito único

Por meio desse critério, verificaremos se, nas sentenças analisadas, o verbo *custar* não consegue selecionar sujeito diferente do sujeito do verbo no infinitivo (verbo com o qual supostamente está formando uma perífrase). Para isso, averiguaremos se ambos os verbos selecionam o mesmo sujeito ou não. Começemos com os dados abaixo:

- (5) a. *O professor custou ao aluno ficar calado.
 b. *O professor custou para o / pro aluno ficar calado.

Como se vê, os exemplos em (5) apresentam diferentes sujeitos (sendo um para o verbo *custar* e outro para o verbo *ficar*) e são agramaticais. Isso seria indício de que o verbo *custar* não seleciona sujeito diferente daquele que o infinitivo seleciona? Vejamos outros exemplos:

- (6) a. O menino custou (a) ficar calado.
- b. O menino custou (para / pra) ficar calado.

Nos exemplos em (6), percebemos que o sintagma [*o menino*] funciona como o sujeito único da sequência verbal composta de *custar* e *ficar*.

É importante destacar que, no exemplos acima, o infinitivo pode ser introduzido por duas preposições – *a* e *para* (ou *pra*, no registro mais informal) –, as quais são opcionais, como Rocha Lima (2011) já havia apontado.

Vejamos mais dois exemplos:

- (7) a. Custou ao menino ficar calado.
 - b. *Custou o menino a ficar calado.
 - c. *Custou o menino ficar calado.
-
- (8) a. Custou para o / pro menino ficar calado.
 - b. *Custou o menino para / pra ficar calado.
 - c. *Custou o menino ficar calado.

Os exemplos em (7) e em (8) ilustram uma situação diferente, pois *custar* não apresenta um sujeito na posição canônica de sujeito (isto é, na posição pré-verbal). Logo, não há que se falar, nesses casos, em unidade semântica, pois os verbos *custar* e *ficar* não possuem o mesmo sujeito.

Percebemos que *custar* apresenta dois comportamentos diferentes em relação ao sintagma sujeito: em (6), há um sujeito único para os dois verbos, ao passo que, em (7) e (8), não há um sujeito único para os dois verbos, pois o sintagma [*o menino*] está relacionado apenas ao verbo infinitivo. Como podemos entender essa diferença?

Quando as autoras falam em sujeito único, elas querem dizer que o auxiliar não é capaz de selecionar um sujeito diferente do sujeito do verbo em forma não-finta. Nos exemplos aqui apresentados isso se confirma, pois, em nenhum dos exemplos, temos um sujeito que é selecionado pelo auxiliar. Em todos os exemplos, o sujeito é selecionado pelo verbo infinitivo.

É importante destacar que existe uma ordem para a colocação do sintagma [*o menino*] em relação às preposições: esse sintagma deve vir depois das preposições (como se ilustra em 7a e 8a) e não antes delas (como se ilustra em 7b e 8b).

Comparando-se o exemplo (6) com os exemplos (7) e (8), mais um contraste emerge: quando o sintagma [*o menino*] aparece na posição de sujeito do verbo *custar*, as preposições são opcionais (como mostra o exemplo 6), mas quando esse sintagma aparece como sujeito do infinitivo, as preposições são necessárias (como mostram os exemplos 7 e 8).

3.2.2 Carência de imperativo

De acordo com esse critério, os verbos auxiliares não possuem, em sua conjugação, a forma imperativa. Sendo assim, veremos a seguir se *custar* apresentará tais características.

O verbo *custar* possui flexão imperativa em seu paradigma:

(9) O paradigma de *custar*: a flexão imperativa

Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
-	-
Custa tu	Não custes tu
Custe você	Não custe você
Custemos nós	Não custemos nós
Custai vós	Não custeis vós
Custem vocês	Não custem vocês

Todavia, parece-nos estranho utilizar esse modo quando estamos diante do verbo *custar* no sentido em que estamos analisando (qual seja, “ser custoso”, “ser demorado”, “ser difícil”), como pode ser observado nos exemplos a seguir:

- (10) a. *Custe ele a ficar calado.
b. *Custe ele para / pra ficar calado.
c. *Custe a ele ficar calado.
d. *Custe para / pra ele ficar calado.

Dessa forma, é possível dizer que, em relação a esse critério, *custar* apresenta aspecto de verbo auxiliar, por formar sentenças agramaticais quando conjugado no modo imperativo.

3.2.3 Impossibilidade de orações completivas introduzidas por *que* e por *se*

Veremos, agora, se há possibilidade de o verbo *custar* aceitar orações completivas introduzidas pelos complementizadores *que* e *se*:

- (11) a. *O menino custou [a que ficasse calado].
b. *O menino custou [para / pra que ficasse calado].
c. *O menino custou [a se ficasse calado].
d. *O menino custou [para / pra se ficasse calado].
- (12) a. *Custou [a que o menino ficasse calado].
b. ?Custou [para / pra que o menino ficasse calado].
c. *Custou [a se o menino ficasse calado].
d. *Custou [para / pra se o menino ficasse calado].
- (13) a. *O menino custou [que ficasse calado].
b. *O menino custou [se ficasse calado].
c. *Custou [que o menino ficasse calado].
d. *Custou [se o menino ficasse calado].

Esses exemplos são suficientes para percebermos que o verbo *custar* não admite a substituição do infinitivo por uma oração completiva desenvolvida. O que mostra que esse verbo se comporta como um verdadeiro auxiliar frente ao critério analisado.

Uma palavra deve ser dita em relação ao exemplo (12b), o qual soa muito melhor que os outros. Uma análise mais detalhada desse exemplo mostra que a melhora na aceitabilidade do dado parece estar relacionada com uma outra estrutura diferente da que estamos analisando: pode ser que o exemplo (12b) esteja sendo interpretado como o verbo *custar* seguido de uma oração final introduzida pela locução *para que*. Entender o que, de fato, causa a aceitabilidade desse dado está além do escopo deste trabalho, por essa razão, deixo isso como tarefa para pesquisa futura.

3.2.4 Incidência de adjunto adverbial de tempo

Consoante esse critério, em todas as orações em que há sequências verbais formadas a partir de um verbo auxiliar, a presença de um adjunto adverbial de tempo deverá incidir sobre todo o grupo verbal. Dessa forma, faremos os testes a fim de verificar se isso ocorre nas sentenças com o verbo *custar*.

- (14) a. Ontem, o menino custou a ficar calado.
b. O menino custou a ficar calado ontem.
c. O menino custou, ontem, a ficar calado.
d. O menino, ontem, custou a ficar calado.
- (15) a. Ontem, o menino custou para / pra ficar calado.
b. O menino custou para / pra ficar calado ontem.
c. O menino custou, ontem, para / pra ficar calado.
d. O menino, ontem, custou para / pra ficar calado.
- (16) a. Ontem, custou ao menino ficar calado.
b. Custou ao menino ficar calado ontem.
c. Custou ao menino, ontem, ficar calado.
d. Custou, ontem, ao menino ficar calado.
- (17) a. Ontem, custou ao menino ficar calado.
b. Custou ao menino ficar calado ontem.
c. Custou ao menino, ontem, ficar calado.
d. Custou, ontem, ao menino ficar calado.

Como é possível observar, em todos os exemplos acima, a interpretação do adjunto de tempo [*ontem*] afeta todo o grupo verbal constituído por [*custar* – preposição – V_{INFINITIVO}].

O verbo *custar* se comportou como um verbo auxiliar, pois, em todos os casos, a inserção do incidente temporal recaiu sobre toda a perífrase. Dessa forma, temos mais um aspecto em favor da análise desse verbo como um auxiliar.

3.2.5 Apassivação

Neste teste, verificaremos se o verbo analisado é suscetível de coexistir com um verbo que seja apassivável. Para que isso aconteça, é necessário que as formas ativa e passiva estejam em uma relação de paráfrase. Para nossa análise, utilizaremos os verbos *enganar* e *ler*, que são os verbos que Lobato (1975, p. 46) usa para exemplificar esse critério. Para avaliação desse critério, consultamos nossos 30 informantes e pedimos para que eles julgassem a relação de equivalência entre as sentenças abaixo.

- (18) a. O aluno custou a enganar a professora.
b. A professora custou a ser enganada pelo aluno.
- (19) a. O aluno custou para / pra enganar a professora.
b. A professora custou para / pra ser enganada pelo aluno.
- (20) a. Custou ao aluno enganar a professora.
b. Custou à professora ser enganada pelo aluno.
- (21) a. Custou para o / pro aluno enganar a professora.
b. Custou para a / pra professora ser enganada pelo aluno.
- (22) a. O Pedro custou a ler o livro.
b. O livro custou a ser lido pelo Pedro.
- (23) a. O Pedro custou para / pra ler o livro.
b. O livro custou para / pra ser lido pelo Pedro.
- (24) a. Custou ao Pedro ler o livro.
b. Custou ao livro ser lido pelo Pedro.
- (25) a. Custou para o / pro Pedro ler o livro.
b. Custou para o / pro livro ser lido pelo Pedro.

Ao recorrermos aos informantes, percebemos que esse critério apresenta grande variação. Vejamos os resultados no Quadro IV:

Quadro IV: Critério de equivalência ativa e passiva com verbo *custar* – julgamento dos informantes

CRITÉRIO: APASSIVAÇÃO	EQUIVALÊNCIA ATIVA – PASSIVA	
	SIM	NÃO
(18) a. O aluno custou a enganar a professora. b. A professora custou a ser enganada pelo aluno.	60%	40%
(19) a. O aluno custou para / pra enganar a professora. b. A professora custou para / pra ser enganada pelo aluno.	47%	53%
(20) a. Custou ao aluno enganar a professora. b. Custou à professora ser enganada pelo aluno.	37%	63%
(21) a. Custou para o / pro aluno enganar a professora. b. Custou para a / pra professora ser enganada pelo aluno.	47%	53%
(22) a. O Pedro custou a ler o livro. b. O livro custou a ser lido pelo Pedro.	48%	52%
(23) a. O Pedro custou para / pra ler o livro. b. O livro custou para / pra ser lido pelo Pedro.	53%	47%
(24) a. Custou ao Pedro ler o livro. b. Custou ao livro ser lido pelo Pedro.	13%	87%
(25) a. Custou para o / pro Pedro ler o livro. b. Custou para o / pro livro ser lido pelo Pedro.	23%	77%

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho (com base nas respostas dos informantes)

Como se pode notar, houve muitas divergências em relação aos julgamentos e, por conta disso, não conseguimos encontrar um padrão nas respostas. Parece-nos, que, ao fazermos a transformação da voz ativa para a voz passiva, a carga semântica do verbo não recai sobre o mesmo sintagma, ou seja, a ordem dos termos, para alguns informantes, muda o sentido da oração. Talvez isso se explique pelo fato de *custar*, mesmo apresentando várias características de auxiliar, ainda conservar seu valor semântico (parcial ou totalmente), não funcionando, plenamente, como elemento gramatical, como um verbo auxiliar.

Contudo, vale ressaltar que, ainda que os julgamentos tenham sido heterogêneos, as sentenças que começam com o verbo *custar* apresentaram maior percentual de não equivalência entre ativa e passiva. Dentre essas sentenças, os julgamentos para (24) e para (25) foram mais esclarecedores, e uma provável hipótese para esse resultado pode ter a ver com o traço [-ANIMADO] do argumento que recebe o papel temático de paciente.

Esses dados mostram a grande complexidade existente em relação à passiva das estruturas com o verbo *custar*. Para entender as causas dessa complexidade, é necessário fazer um estudo mais aprofundado dos dados. Na impossibilidade de empreendermos tal estudo, para este trabalho, consideraremos que o teste de apassivação não foi conclusivo. A razão para tal decisão é o fato – apontado anteriormente – de os julgamentos dos informantes consultados não terem sido homogêneos.

3.2.6 Extensão combinatória

Por meio deste critério, verificaremos se *custar* aceita combinar-se com todas as classes de verbos e também testaremos seu uso em expressões idiomáticas.

(26) Verbo transitivo direto

- a. A Juliana custou a *beijar* o rapaz.
- b. A Juliana custou para / pra *beijar* o rapaz.
- c. Custou à Juliana *beijar* o rapaz.
- d. Custou para a / pra Juliana *beijar* o rapaz.

(27) Verbo transitivo indireto

- a. O Tiago custou a *gostar* da sogra.
- b. O Tiago custou para / pra *gostar* da sogra.
- c. Custou ao Tiago *gostar* da sogra.
- d. Custou para o / pro Tiago *gostar* da sogra.

(28) Verbo inacusativo

- a. O padrinho custou a *aparecer*.
- b. O padrinho custou para / pra *aparecer*.
- c. Custou ao padrinho *aparecer*.
- d. Custou para o / pro padrinho *aparecer*.

(29) Verbo inergativo

- a. O padeiro custou a *trabalhar*.
- b. O padeiro custou para / pra *trabalhar*.
- c. Custou ao padeiro *trabalhar*.
- d. Custou para o / pro padeiro *trabalhar*.

(30) Verbo de ligação

- a. O atleta custou a *ficar* exausto.
- b. O atleta custou para / pra *ficar* exausto.
- c. Custou ao atleta *ficar* exausto.
- d. Custou para o / pro atleta *ficar* exausto.

(31) Verbo meteorológico

- a. Custou a *chover* mês passado.
- b. Custou para / pra *chover* mês passado.

(32) Expressão idiomática

- a. O meu colega custou a *chutar o pau da barraca*.
- b. O meu colega custou para / pra *chutar o pau da barraca*.
- c. Custou ao meu colega *chutar o pau da barraca*.
- c. Custou para o / pro meu colega *chutar o pau da barraca*.

Como em nenhum caso houve agramaticalidade ou dificuldade de entendimento, o resultado desse teste é o de que o verbo *custar* permite sua combinação com diferentes classes de verbos e com expressões idiomáticas. Como vimos no capítulo anterior, essa liberdade de combinações é uma característica dos verbos auxiliares. Sendo assim, *custar*, novamente, caracterizou-se como auxiliar.

3.2.7 Negativização

Nesta subsecção, inseriremos uma negação na sentença a fim de averiguar se ela tem escopo sobre todo o grupo verbal. Caso seja possível negar os dois verbos separadamente, a estrutura analisada não será a de uma relação de auxiliação:

(33) a. O menino não custou a ficar calado.

- b. *O menino custou a não ficar calado.
- c. *O menino não custou a não ficar calado.

(34) a. O menino não custou para / pra ficar calado.

- b. *O menino custou para / pra não ficar calado.
- c. *O menino não custou para / pra não ficar calado.

(35) a. Não custou ao menino ficar calado.

- b. *Custou ao menino não ficar calado.
- c. *Não custou ao menino não ficar calado.

- (36) a. Não custou para o / pro menino ficar calado.
b. *Custou para o / pro menino não ficar calado.
c. *Não custou para o / pro menino não ficar calado.

Para a análise desses dados, recorreremos mais uma vez aos julgamentos dos colaboradores. Para a autora deste trabalho e 28 dos 30 informantes, só foram consideradas gramaticais as estruturas em que a negação incidiu sobre todo o grupo verbal. Dessa forma, os resultados da negativização contribuem para nossa pesquisa, mostrando que *custar*, mais uma vez, possui propriedades de um verbo auxiliar.

É importante destacar que a agramaticalidade dos exemplos (33b-c), (34b-c), (35b-c) e (36b-c) pode estar relacionada com fatores sintáticos e semânticos. O fator sintático é a própria estrutura que parece ser de auxiliação, não havendo, portanto, espaço para duas negações. O fator semântico pode ter relação com o segundo verbo. Nas sentenças em que esse verbo é negado, cria-se alguma incompatibilidade entre a negação desse verbo e o verbo *custar*. Em outras palavras, é muito estranho pensar que algo é custoso para não acontecer; geralmente algo custa a acontecer, o contrário soa incomum.

3.2.8 Pronominalização

Com base neste critério, substituiremos o verbo que supostamente é o auxiliado pelo pronome *o*. Caso seja aceitável a substituição, não estaremos diante de uma relação de auxiliação:

- (37) a. *A Maria custou a ficar quieta, mas o Pedro não o custou.
b. *A Maria custou para / pra ficar quieta, mas o Pedro não o custou.
c. *Custou à Maria ficar quieta, mas ao Pedro não o custou.
d. *Custou para a / pra Maria ficar quieta, mas para o / pro Pedro não o custou.

Em todos os exemplos, verificamos que não há possibilidade de substituir o verbo auxiliado pelo pronome *o*. Isso mostra que podemos estar diante de uma estrutura contendo um verbo auxiliar, corroborando, assim, o resultado dos demais diagnósticos de auxiliaridade, que apontam para a análise do verbo *custar* como um verbo auxiliar, ou, pelo menos, como um verbo que apresenta algumas propriedades de verbo auxiliar.

3.2.9 Resultado da aplicação dos critérios de auxiliaridade: *custar* como verbo auxiliar

A partir dos resultados obtidos nas subseções anteriores, percebemos que o verbo *custar*, analisado neste trabalho, apresenta propriedades de um verbo auxiliar. Como vimos, esse verbo satisfaz praticamente todos os critérios de auxiliaridade que estudamos.

Vale ressaltar, no entanto, que esse resultado não foi homogêneo para todos os dados analisados. Alguns desses dados são mais propícios a uma análise de *custar* como auxiliar do que outros. Relembremos que dois foram os padrões analisados:¹⁹

(38) a. Padrão 1

[NP / DP]	custar	a	V _{INFINITIVO}
[NP / DP]	custar	para / pra	V _{INFINITIVO}

b. Padrão 2

custar	a	[NP / DP]	V _{INFINITIVO}
custar	para / pra	[NP / DP]	V _{INFINITIVO}

Das sentenças analisadas, aquelas que caracterizam o Padrão 1 – isto é, as que apresentam sujeito antes do verbo *custar* (como *o menino custou a ficar calado*), independentemente da preposição que introduz o infinitivo, satisfizeram a todos os critérios de auxiliaridade apresentados (lembremos que desconsideramos o teste da passivação por não ter sido um teste conclusivo). Logo, nessa configuração, *custar* pode ser caracterizado como um verbo auxiliar, apesar dessa divergência de julgamentos.

As sentenças que caracterizam o Padrão 2 – ou seja, aquelas que se iniciam com o verbo *custar* e nas quais o nominal aparece como sujeito do infinitivo – não satisfizeram a todos os critérios de auxiliaridade. Nessa configuração, *custar* não satisfaz o critério de unidade semântica. Acerca do critério de passivação, como foi discutido na subseção 3.2.5, houve discordâncias entre os colaboradores, pois, tanto as sentenças que apresentavam a preposição *a* quanto as que apresentavam *para / pra* como introdutoras do infinitivo tiveram

¹⁹ Na descrição dos padrões analisados, estamos usando [NP / DP] para fazer referência ao sujeito lexical. Na Teoria Gerativa, NP é abreviatura usada para Sintagma Nominal (do inglês, *Noun Phrase*), enquanto DP é abreviatura usada para Sintagma Determinante (do inglês, *Determiner Phrase*). Um sintagma nominal é uma unidade sintática formada a partir de um núcleo nominal (um substantivo), como em: [NP cachorro] odeia [NP gato]. Um sintagma determinante, por sua vez, é uma unidade sintática formada a partir de um núcleo determinante (um artigo, um pronome, um numeral) que se associa a um sintagma nominal, como em: [DP esse cachorro] destruiu [DP a almofada].

um grande percentual de não equivalência, quando frente ao traço semântico [-ANIMADO] do paciente. Esses dados, por se mostrarem tão heterogêneos, são importantes por dois motivos:

- a) Eles mostram que essas sentenças em que o sujeito não se encontra na posição pré-verbal (isto é, antes do verbo *custar*) exibem uma estrutura diferente, que se enquadra menos no perfil de um verbo auxiliar e
- b) Eles apontam para o fato de a escolha das preposições (e, conseqüentemente, das relações que se estabelecem por conta de seus diferentes valores semânticos) poder ter algum efeito na aceitabilidade dos colaboradores.

Como se trata de questões maiores que fogem ao escopo deste trabalho, vamos deixar sua investigação para um estudo futuro, limitando-nos aqui apenas a apontá-las.

Mesmo diante dessas discordâncias, a quantidade de critérios de auxiliaridade que o verbo *custar* satisfaz é, de longe, muito maior do que a quantidade de critérios que ele não satisfaz. Com isso, notamos a grande afinidade que o verbo em questão tem com a classe dos verbos auxiliares, o que nos leva a classificá-lo como um verbo auxiliar.

3.2.10 *Custar*: duas estruturas, dois tipos de auxiliar

Como vimos na subseção anterior, o verbo *custar* se mostrou como um auxiliar. Entretanto, ele respondeu de modo diferente aos critérios de auxiliaridade dependendo do tipo de estrutura testada.

Nas sentenças do Padrão 1, o verbo se mostrou claramente um verbo auxiliar. Porém, é importante salientar que *custar* não sofre perda semântica e seu sentido lexical permanece inalterado, portanto, ele não funciona apenas como um elemento portador de traços gramaticais. A esse respeito, lembremos que Lobato (1975, p. 31) afirma que, em uma relação de auxiliação, “tanto o auxiliar tradicional como o auxiliado possuem valores lexicais e gramaticais”. Dessa forma, podemos dizer que, mesmo conservando totalmente seu valor semântico original, *custar*, em sentenças do Padrão 1, funciona como um verbo auxiliar.

Por outro lado, nas sentenças do Padrão 2, não se verificou unidade semântica entre os dois verbos. Isso mostra que essa estrutura possui uma configuração diferente da estrutura que caracteriza o Padrão 1. Mesmo assim, caracterizamos *custar* como um verbo auxiliar.

Como capturarmos essa diferença entre as duas estruturas do auxiliar *custar*?

Lobato (1975) pode ajudar a responder essa questão. Ao propor seus critérios, a autora mostra que existe a classe dos auxiliares *lato sensu* ou *auxiliantes*, classe essa que comporta os verbos temporais (*ter*, *haver* e alguns usos de *ser*), os verbos *ser*, formador da voz passiva, os verbos de desenvolvimento (*começar a*, *continuar a*, entre outros) e os verbos modais (*poder*, *dever*, *crer*, *querer*...). A essa grande classe de auxiliares *lato sensu* devem ser aplicados os critérios de auxiliares e, do resultado da aplicação desses diagnósticos, emerge outra classe de verbos auxiliares: os auxiliares *stricto sensu* ou auxiliares propriamente ditos que são os verbos que satisfazem a todos os critérios de auxiliaridade.

Pensando nessa dicotomia entre auxiliares *lato sensu* e auxiliares *stricto sensu*, podemos afirmar que o Padrão 1 exemplifica uma estrutura em que *custar* é um verbo auxiliar *stricto sensu*, e que o Padrão 2 ilustra uma configuração em que *custar* é um verbo auxiliar, mas da categoria dos auxiliares *lato sensu*.

Na próxima seção, abordaremos as estruturas projetadas por cada um dos dois tipos de *custar*.

3.3 As projeções sintáticas do verbo *custar*

Nesta seção, analisaremos, em detalhe, as estruturas projetadas pelo verbo *custar*, a fim de estabelecermos diferenças sintáticas mais profundas entre cada uma delas. Antes de descrevermos como esse verbo se estrutura, apresentaremos os principais conceitos referentes à Teoria Caso, pois essa teoria é fundamental para entendermos por que esse verbo pode aparecer em uma estrutura de verbo auxiliar *stricto sensu* (Padrão 1) e ainda em uma estrutura de verbo auxiliar *lato sensu* (Padrão 2).

3.3.1 Teoria do Caso

Na versão de Princípios e Parâmetros da Teoria Gerativa, existe uma subteoria, denominada Teoria do Caso, a qual trata do licenciamento dos constituintes nominais. Sobre isso, Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2013, p. 172) afirmam:

Vimos que a categoria gramatical Caso é necessária para qualquer língua na medida em que permite que os DPs sejam interpretados: numa sentença o DP marcado por Nominativo pode ser AGENTE, o marcado por Acusativo pode ser o TEMA e assim por diante. Sem o Caso, não seria possível recuperar qual o papel temático do DP. Essa necessidade de Caso se verifica mesmo para línguas que não dispõem de nenhum morfema para este fim. Como todas as outras, esta língua precisa indicar qual o papel- θ do DP e isso é feito por meio do Caso abstrato.

Nessa citação, há referência a dois tipos de caso. Um deles é o que se denomina Caso abstrato, uma categoria gramatical universal que serve como meio de dar visibilidade ao papel temático de um DP. O outro é o caso morfológico, que são os morfemas que as línguas podem empregar para marcar o Caso que um DP recebe. Enquanto o Caso abstrato é uma categoria universal (isto é, todas as línguas dispõem dela), o caso morfológico não o é (ou seja, há variação entre as línguas no que se refere ao emprego de morfemas para marcar o Caso abstrato). Um exemplo concreto surge da comparação do latim com o português: ambas as línguas dispõem da categoria gramatical Caso abstrato, mas apenas o latim marca esse Caso por meio do caso morfológico, isto é, só o latim emprega morfemas especiais, denominados desinências de caso.²⁰

A necessidade de que todo DP pronunciado deva receber um Caso é incorporada na Teoria do Caso como um filtro, um tipo de condição de boa formação da sentença, o qual é enunciado a seguir:

(39) Filtro do Caso

*[DP] se DP é pronunciado e não pertence a uma cadeia marcada com Caso

(MIOTO, FIGUEIREDO SILVA & LOPES, 2013, p. 172)

É importante destacar que o Filtro do Caso só se aplica a DPs pronunciados. A consequência disso é que DPs foneticamente manifestos precisam receber um Caso para satisfazer o Filtro do Caso. Esse filtro “não tem nada a dizer com respeito aos DPs fonologicamente vazios” (MIOTO, FIGUEIREDO SILVA & LOPES, 2013, p. 173).

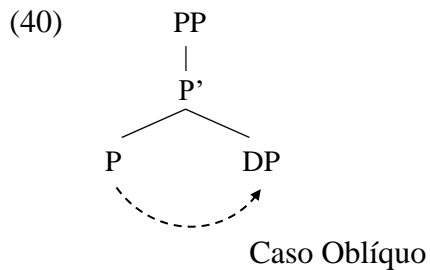
Segundo a Teoria do Caso, existem três tipos de Caso: o Oblíquo, o Acusativo e o Nominativo. Cada um desses Casos é atribuído aos DPs por uma categoria e em uma configuração específica. Vejamos como isso se dá.

O Caso Oblíquo é atribuído pelas preposições a um DP que esteja imediatamente à sua direita. Em termos técnicos, esse DP ocupa a posição de complemento da preposição. Essa atribuição de Caso pode ser ilustrada na representação abstrata a seguir:²¹

²⁰ Mioto, Figueiredo Silva & Lopes (2013) apontam a existência de resíduos de marcas morfológicas de Caso no sistema de pronomes pessoais no português, como nos exemplos abaixo:

(i) a. Eu vi a Maria.	<i>eu</i> = forma associada ao Caso Nominativo
b. A Maria me viu.	<i>me</i> = forma associada ao Caso Acusativo
c. A Maria olhou para mim.	<i>mim</i> = forma associada ao Caso Oblíquo.

²¹ Na representação, a sigla PP significa Sintagma Preposicional (do inglês, *Prepositional Phrase*).

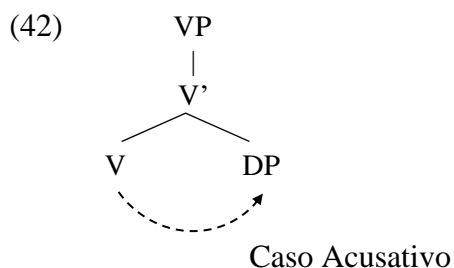


Um exemplo concreto da atribuição de Caso Oblíquo é dado abaixo:

(41) Pedro olhou para [a menina].

No exemplo (41), o DP [*a menina*] é complemento da preposição *para* e recebe dela Caso Oblíquo.

O Caso Acusativo é o segundo tipo de Caso e é atribuído pelo verbo transitivo ao seu complemento como se vê na representação em (42)²²:



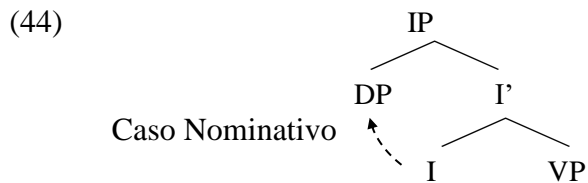
A configuração de atribuição de Caso Acusativo é semelhante àquela de atribuição de Caso Oblíquo. Ela pode ser vislumbrada no exemplo a seguir:

(43) O João comeu [o bolo].

No exemplo (43), o DP [*o bolo*], por ser o complemento do verbo *comeu* recebe Caso Acusativo desse verbo.

O último Caso é o Nominativo, cuja atribuição é feita pelo núcleo funcional I (Flexão). Esse núcleo, além de licenciar o Caso Nominativo, está relacionado ao tempo gramatical e à concordância verbal. A configuração de atribuição de Caso Nominativo é a seguinte:

²² Na representação, a sigla VP significa Sintagma Verbal (do inglês, *Verbal Phrase*).



Como é possível ver, a atribuição de Caso Nominativo difere da atribuição dos Casos Oblíquo e Acusativo, pois o DP que recebe o Caso Nominativo não é complemento do núcleo Flexão, mas sim seu especificador. Na representação, esse DP não está à direita do núcleo que atribui Nominativo, mas à sua esquerda. A atribuição desse Caso é exemplificada na oração em (45):

(45) [A menina] leu o poema.

No exemplo (43), o DP [*a menina*] encontra-se na posição de especificador do núcleo Flexão e por manter relação com esse núcleo (relação essa que se manifesta na concordância verbal), esse DP recebe Caso Nominativo.

Essas três maneiras de atribuição de Caso a um DP são chamadas de atribuição canônica de Caso.

Descrito como funciona a Teoria do Caso, passemos a estudar as estruturas sintáticas do verbo *custar*.

3.3.2 As duas estruturas sintáticas do verbo *custar*

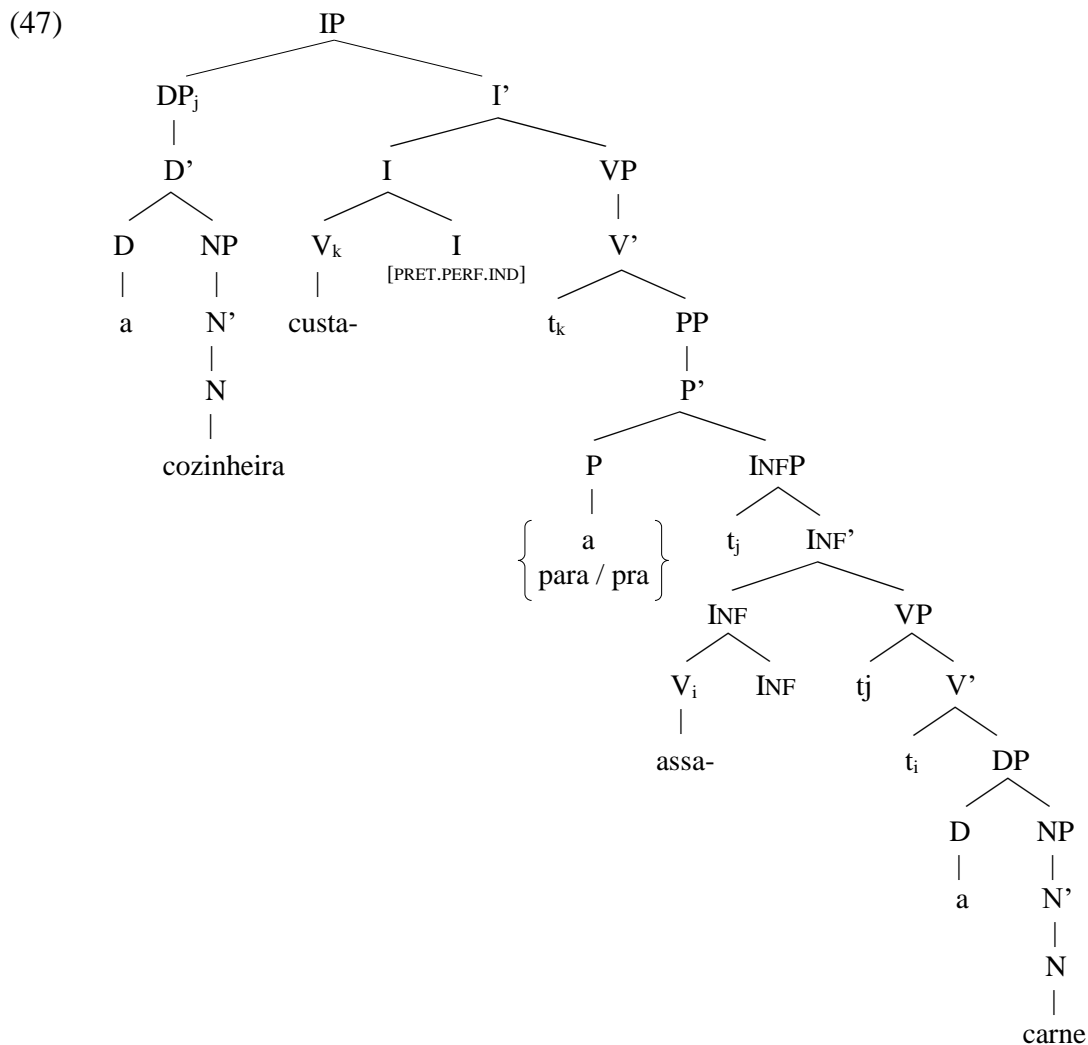
3.3.2.1 O Padrão 1: *custar* como auxiliar *stricto sensu*

Como havíamos dito na seção 3.2.10, no Padrão 1, o verbo *custar* se comporta como um verbo auxiliar *stricto sensu*, satisfazendo a maioria dos critérios de auxiliaridade propostos. Um exemplo dessa estrutura é a que se vê ilustrada no exemplo (46):

- (46) a. A cozinheira custou a assar a carne.
 b. A cozinheira custou para / pra assar a carne.

Nesses exemplos, o SD [*a cozinheira*] aparece em posição inicial da sentença, funcionando como sujeito dos verbos *custar* e *assar*.

Propomos que, em sentenças do Padrão 1, o verbo *custar* projeta a seguinte estrutura sintática:



A estrutura sintática (47) começa com a introdução do verbo *assar* (que é representado apenas pelo seu tema *assa-*). Esse verbo seleciona dois argumentos: o DP [*a carne*] como seu argumento interno e o DP [*a cozinheira*] como seu argumento externo. Assim se forma o VP associado ao verbo *assar*. No domínio desse constituinte, o argumento interno recebe Caso Acusativo do verbo e, assim, satisfaz o Filtro do Caso. Insere-se o núcleo funcional infinitivo (INF), que abriga a morfologia infinitiva. Devido ao fato de, em português essa morfologia ser afixal, ela exige que um verbo se anexe a ela. Por conta disso, o verbo *assa-* desloca-se do VP, indo em direção a INF. Efetua-se uma operação de movimento sintático. Todo constituinte sintático, ao se mover deve deixar, em sua posição de origem, uma marca de sua história

sintática. Essa marca se denomina vestígio e é representado pelo símbolo t .²³ Para determinar com exatidão que história sintática um vestígio recupera, ele deve ser acompanhado de um índice subscrito, que aparece sob a forma de uma letra do alfabeto (i, j, k, l...) que deve ser o mesmo da categoria sintática que sofre movimento. Assim, para saber a que constituinte da representação determinado vestígio corresponde, é importante buscar índices idênticos. Por exemplo, o vestígio t_i marca a posição inicial do verbo *assa-*. Como sabemos isso? Pelo seu índice. O índice que acompanha esse vestígio é i ; logo, basta encontrarmos algum constituinte na representação que tenha o mesmo índice para rastreamos que história sintática o vestígio t_i representa. O verbo *assa-*, adjungido a INF, tem o mesmo índice que o vestígio t_i , o qual aparece sob a forma V_i (o verbo tem índice i). Logo, a posição em que se encontra V_i na estrutura em (47) é a posição final do verbo *assa-*, ao passo que a posição marcada pelo vestígio t_i é sua posição inicial. A identidade dos índices (V_i , t_i) garante que os elementos associados a esses índices fazem parte da mesma história sintática).

Como dizíamos, o verbo *assa-* sai do VP e se adjunge ao núcleo INF, que hospeda a morfologia infinitiva. Da combinação dos dois é que resulta a forma *assar*, que contém o radical verbal *assa-* mais a morfologia infinitiva *-r*.

O DP [*a cozinheira*] ainda não recebeu Caso. A falta de Caso força esse constituinte a sair de sua posição inicial, a de argumento externo do verbo *assa-*, marcada pelo vestígio t_j . O primeiro lugar para onde esse DP vai em busca de Caso é a posição de especificador da categoria INF. Vimos que o infinitivo não está entre as categorias que atribuem Caso, logo, um DP em seu especificador não recebe Caso e, conseqüentemente, o DP [*a cozinheira*] continua sem Caso.

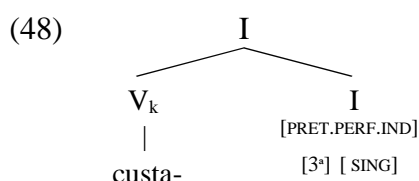
A estrutura sintática continua sendo montada e se introduz a preposição *a*, que se combina com o INFP e produz um PP. Insere-se o verbo *custar* (sob a forma *custa-*), que se combina com o PP e forma o VP. Pela representação, vê-se que o verbo *custar* seleciona apenas um argumento. Trata-se, portanto, de um verbo monoargumental. Como o único argumento desse verbo aparece na posição de complemento, podemos caracterizar *custar* como um verbo inacusativo.

Em seguida, o núcleo funcional flexão (I) entra na sintaxe. Esse núcleo funcional traz os traços flexionais de tempo e modo, que aparecem como [PRET.PERF.IND], simbolizando que se trata do tempo pretérito perfeito do modo indicativo. Em português, essas informações são de natureza afixal (da mesma forma que as informações trazidas pelo núcleo INF), o que

²³ Do inglês, *trace*, cuja tradução, em português, é “vestígio”.

exige a presença de um verbo para poder receber essa morfologia. Por essa razão, o verbo *custa-* sai de seu VP (deixando o vestígio t_k na sua posição original) e se adjunge a I.

O DP [*a cozinheira*] continua sem Caso na posição de especificador de INFP. Isso força esse constituinte a mover-se, mais uma vez, em busca de Caso. Assim, esse constituinte desloca-se do especificador de INFP e vai para o especificador de IP. Nessa posição, ele entra em concordância com I e recebe Caso Nominativo, satisfazendo o Filtro do Caso. Após essa relação com o DP, o núcleo funcional I passa ter a seguinte organização:



O traço de tempo e modo [PRET.PERF.IND] é do núcleo funcional I, já os traços de pessoa e número são traços que I recebe via concordância com o DP em seu especificador, nesse caso o constituinte [*a cozinheira*]. Esses traços em união com o tema verbal resultam na forma verbal *custou*.

Essa é a descrição da sintaxe do verbo *custar* em estruturas do Padrão 1, estruturas em que esse verbo é, segundo nossa análise, um auxiliar *stricto sensu*.

Passemos ao exame da sintaxe de *custar* quando constrói estruturas características do Padrão 2.

3.3.2.2 O Padrão 2: *custar* como auxiliar *lato sensu*

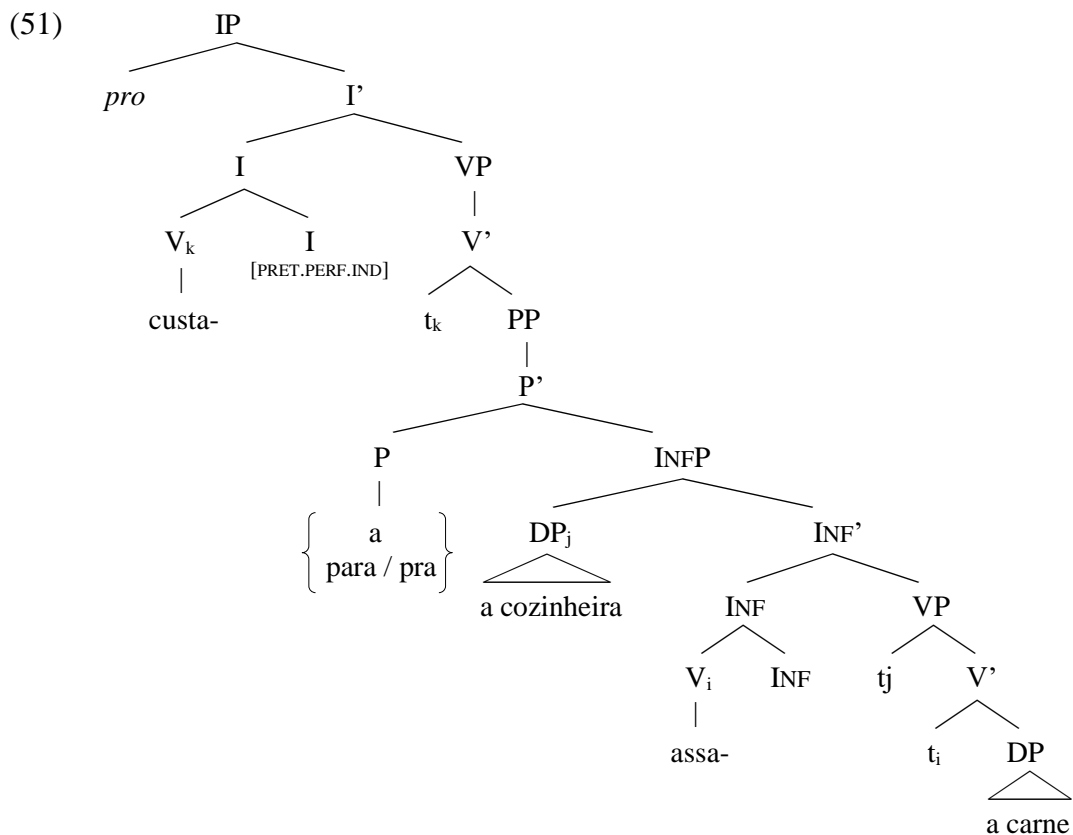
O que caracteriza o Padrão 2 é uma diferença superficial em relação ao Padrão 1: enquanto neste padrão estrutural, o DP aparece como o primeiro constituinte da sentença, funcionando como sujeito da sequência verbal (ou seja, dos dois verbos), naquele padrão, o verbo *custar* é o primeiro constituinte da sentença e o DP aparece entre a preposição e o infinitivo, funcionando como sujeito do infinitivo, apenas. Essa característica do Padrão 2 é ilustrada com os exemplos abaixo:

- (49) a. Custou à cozinheira assar a carne.
 b. *Custou a cozinheira a assar a carne.

- (50) a. Custou para a / pra cozinheira assar a carne.
 b. *Custou a cozinheira para / pra assar a carne.

Nesse padrão estrutural, o verbo *custar* não satisfaz a dois testes de auxiliaridade, sendo, tratado nesta análise como um auxiliar *lato sensu*.

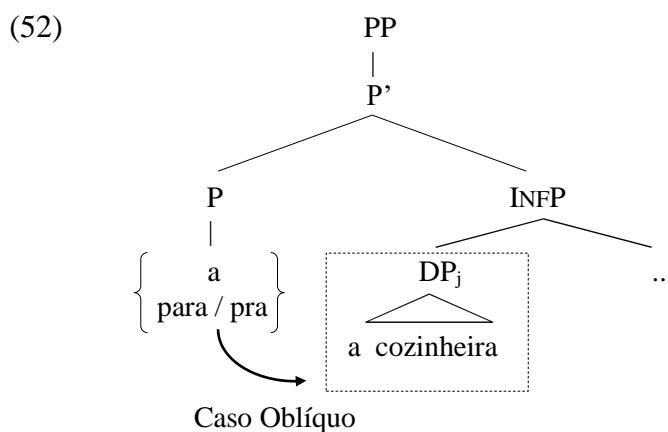
Uma possível análise sintática para esse padrão estrutural de *custar* é a que aparece abaixo:²⁴



Até o domínio INFP, essa análise do Padrão 2 do verbo *custar* é idêntica àquela apresentada para o Padrão 1. O DP [*a carne*] recebe Caso Acusativo do verbo *assar* e o DP [*a cozinheira*] não recebe Caso no domínio do VP. Esse DP se desloca para o especificador de INFP para receber Caso, mas INF não pode atribuir Caso. Como então é licenciado o Caso do DP [*a cozinheira*] nessa posição? Ele deve ter recebido algum Caso, pois a sentença é gramatical.

²⁴ Por questões de espaço, nas representações sintáticas, omitiremos a estrutura interna dos DPs [*a cozinheira*] e [*a carne*], limitando-nos a representar sua estrutura por meio de triângulos. No entanto, deixamos claro que esses triângulos equivalem às estruturas apresentadas em (47). Além disso, deixaremos em aberto a possibilidade de a preposição ter sido reanalisada como um núcleo complementizador (C) ou de ela estar nessa posição, como propõem Botelho Pereira e Roncarati (1993).

Para explicar como o DP [*a cozinheira*] recebe Caso, vamos adotar a proposta de Botelho-Pereira & Roncarati (1993) de que a preposição *para* (e suas formas variantes *pra* e *a*) é o elemento responsável pela atribuição de caso ao DP [*a cozinheira*] em uma configuração denominada Marcação Excepcional de Caso. De acordo com Mito, Figueiredo Silva & Lopes (2013), a Marcação Excepcional de Caso é uma modalidade de atribuição de Caso, diferente das três vistas neste capítulo, em virtude do fato de nela um núcleo atribuir Caso a argumentos de outro núcleo. No nosso exemplo, o núcleo são as preposições *para*, *pra* e *a* e o DP [*a cozinheira*] é argumento de outro núcleo, do verbo *assar*. Nesse caso, por ser a preposição que atribui Caso ao DP no especificador de IP, o caso que esse DP recebe é o Oblíquo, como ilustrado (de forma simplificada) abaixo:



Recebido Caso Oblíquo, o DP [*a cozinheira*] pode manter-se onde está, pois já satisfaz o Filtro do Caso. Esse papel da preposição no licenciamento do DP pode ser um dos fatores que explicariam o fato de ela não poder ser omitida em sentenças do Padrão 2 (como mostramos na seção 3.2.1). A estrutura continua a ser construída da mesma forma como no Padrão 1 até o momento em que se forma o IP. Nesse caso, é inserido na posição de especificador de IP um pronome sem realização fonológica e ao qual não está associada nenhuma interpretação sintática. Esse pronome é denominado expletivo e sua função é meramente sintática, seu papel é garantir que a posição de sujeito da oração esteja presente, em conformidade com o que diz o seguinte princípio:

(53) Princípio de Projeção Estendido

Toda sentença tem sujeito

(MIOTO, FIGUEIREDO SILVA & LOPES, 2013, p. 146)

O pronome expletivo ocupa a posição de especificador de IP (posição de sujeito), concorda com o núcleo I e, assim, contribui para a manifestação da forma morfológica *custou*.

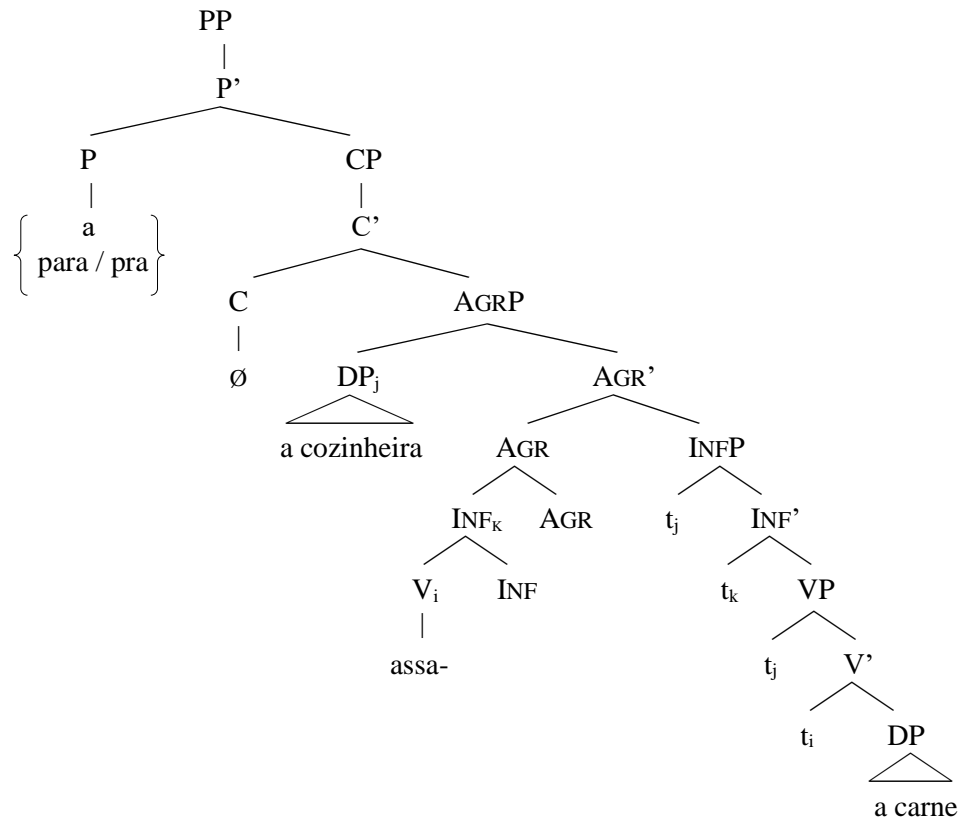
Para que essa análise sintática seja possível, é crucial que o infinitivo seja não flexionado. Nesse caso, as propriedades de atribuição de Caso da preposição são ativadas e ela licencia o Caso do DP na posição de especificador de INFP. O que aconteceria se o infinitivo fosse flexionado? Fazemos essa pergunta porque, em português, existe a possibilidade de o infinitivo apresentar traços de pessoa e número, sendo chamado de infinitivo flexionado ou infinitivo pessoal. A conjugação do verbo *assar* no infinitivo pessoal é dada abaixo:

(54) Verbo *assar*: infinitivo pessoal

Sujeito	Forma infinitiva pessoal
eu	assar
tu	assares
você	assar
ele, ela	assar
nós	assarmos
a gente	assar
vós	assardes
vocês	assarem
eles, elas	assarem

Como se vê, o infinitivo pessoal apresenta um morfema zero como marca dos traços de 3ª pessoa e singular. A consequência disso é que a forma *assar* é ambígua entre ser uma forma infinitiva sem flexão alguma – como em (47) e em (51) – ou ser uma forma infinitiva com flexão marcada pelo morfema zero. Devido a essa ambiguidade, além da análise em (51), as sentenças (49) e (50) são compatíveis com outra análise na qual o verbo *assar* encontra-se flexionado na 3ª pessoa do singular (essa análise é baseada em Miotto, Figueiredo Silva e Lopes, 2013, p.180-186):

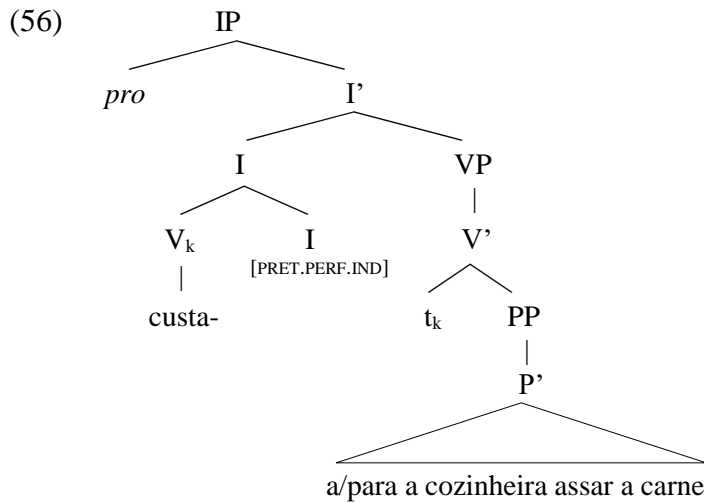
(55)



Da mesma forma que nas representações anteriores, é a partir da escolha do verbo *assa-* que se inicia o processo de formação dessas sentenças. Esse verbo, como vimos, seleciona dois DPs como argumentos e atribui ao DP [*a carne*], seu argumento interno, Caso Acusativo. O DP argumento externo [*a cozinheira*] não recebe Caso. Insere-se o núcleo funcional INF que, devido às suas propriedades morfológicas, exige a presença de um verbo junto a ele para receber essa marca morfológica. É por isso que o verbo *assa-* desloca-se do VP para INF. Em busca de Caso, o DP [*a cozinheira*] também sai do VP e se desloca para a posição de especificador de INFP. Esse núcleo, como sabemos, não atribui Caso e o DP [*a cozinheira*] continua sem Caso. Até aqui, a representação (55) é idêntica à representação (51). A diferença tem a ver com a presença do núcleo funcional Concordância (AGR). Esse núcleo é responsável pela possibilidade de flexão de pessoa e de número no infinitivo. Como se trata de um núcleo de natureza afixal, ele também precisa de um verbo para receber as marcas de concordância. Para satisfazer essa necessidade, o complexo formado por [V + INF] se move e se adjunge a AGR. A falta de Caso força mais um movimento do DP [*a cozinheira*], que deixa a posição de especificador de INFP e segue para a posição de especificador de AGRP. Nessa posição, esse DP estabelece concordância com AGR e recebe traço de Caso Nominativo.

A sintaxe continua operando e os mesmos mecanismos que se aplicaram para a geração de (51) se aplicam novamente: inserção do verbo *custar*, introdução no núcleo

funcional I, movimento do verbo para I e inserção do expletivo na posição de especificador de IP:²⁵



Como a marca de 3ª pessoa do singular no infinitivo pessoal é zero, essa forma verbal se manifesta da mesma forma que um infinitivo impessoal. É aí que reside a ambiguidade da forma *assar*, ambiguidade essa que se manifesta nas duas estruturas propostas. Se essa forma verbal corresponder a um infinitivo sem flexão, a estrutura sintática em que ela aparece envolverá um INFP complemento da preposição – como se vê em (51). Se essa forma verbal corresponder a um infinitivo flexionado, a estrutura sintática em que ela aparece envolverá além de um INFP, um AGRP selecionado por um CP com núcleo zero. Nessa representação, esse CP é que é o complemento da preposição. Na representação (51), a preposição é acionada para atribuir Caso Oblíquo ao DP [*a cozinheira*] na configuração de Marcação Excepcional de Caso. Já na representação (55), é a presença da categoria AGR no infinitivo pessoal que atribui Caso Nominativo a esse DP.

3.3.3 As (outras) preposições introdutoras do infinitivo

Ao analisar os dois padrões sintáticos associados às sentenças com o verbo auxiliar *custar*, utilizamos como exemplos sentenças com as preposições *a* e *para / pra*, preposições mais usuais e, conseqüentemente, mais aceitas pelos colaboradores. No entanto, na coleta de dados, foram elaboradas sentenças com outras preposições, a fim de que pudéssemos chegar a um conjunto maior de sentenças e de julgamentos. A esse respeito, foram identificadas algumas características interessantes:

²⁵ A estrutura interna do PP complemento do verbo *custar* está sendo apresentada de modo simplificado.

- a) algumas sentenças contendo as preposições *de* e *em* foram consideradas gramaticais por uma parcela dos colaboradores e
- b) a posição do sujeito em relação às preposições influenciou diretamente a aceitabilidade das sentenças.

Isso pode ser ilustrado nos seguintes exemplos:

(57) a. O menino custou em ficar calado.

b. *Custou no menino ficar calado.

c. O pedreiro custou em ver a placa.

d. *Custou no pedreiro ver a placa.

(58) a. A carne custou de assar.

b. Custou da carne assar.

c. *Meu filho custou de gostar de salada.

d. Custou do meu filho gostar de salada.

Nos exemplos em (57), a preposição introdutora do infinitivo é *em*. Nessa configuração, os 30 informantes consultados não estranharam as sentenças (57a) e (57c), aceitando-as como sentenças do português. Por outro lado, todos esses informantes consideraram agramaticais as sentenças (57b) e (57d), nas quais o sujeito se encontra entre a preposição e o infinitivo. Uma possibilidade de explicação para esses julgamentos possa estar relacionada com uma interação entre a posição do sujeito e a preposição *em*.

Nos exemplos em (58), a preposição introdutora do infinitivo é *de* e os resultados foram um pouco diferentes, pois, dessa vez, três sentenças foram consideradas gramaticais pelos informantes: (58a), (58b) e (58d). A sentença (58c), com sujeito em posição inicial da sentença, foi considerada agramatical. Diferentemente do que ocorreu com as sentenças em (57), os falantes aceitaram sentenças com o sujeito localizado entre a preposição *de* e o infinitivo.

De todo modo, não se sabe ao certo o motivo por trás dessas variações. Para entendê-las, precisaríamos de outro estudo para que pudessemos abordar esse assunto,

especificamente. No entanto, como o foco deste trabalho não é exatamente esse, deixaremos em aberto essa questão.

Conclusões preliminares

Neste capítulo, apresentamos nossa proposta de análise para o verbo *custar*. Começamos por delimitar os valores semânticos desse verbo pertinentes para nossa pesquisa e, em seguida, partimos para a análise dos dados propriamente dita. Aplicamos a duas estruturas do verbo *custar* oito testes de auxiliaridade, a fim de verificar se, nessas estruturas, esse verbo poderia ser considerado um verbo auxiliar. As estruturas denominadas por nós de Padrão 1 satisfizeram a quase todos os critérios, não atendendo apenas a um deles – a apassivação –, mas devido ao fato de seus resultados não terem se mostrado conclusivos, não o levamos em consideração na definição da auxiliaridade de *custar*. Dessa forma, o verbo *custar* foi considerado auxiliar quando em estruturas desse tipo. Ao aplicar os mesmos critérios às estruturas sintáticas do tipo Padrão 2, dois critérios não foram atendidos: unidade semântica e apassivação, este último novamente não sendo considerado por conta de seu caráter não conclusivo. Também nessas estruturas *custar* foi considerado um verbo auxiliar. Com esses resultados, percebemos estarmos diante de duas estruturas com verbo *custar*: com base no que já havia sido proposto por Lobato (1975), o verbo *custar* do Padrão 1 foi analisado como um verbo auxiliar *stricto sensu*, ao passo que o verbo *custar* do Padrão 2 foi tratado como um verbo auxiliar *lato sensu*, ou *auxiliante*.

O próximo passo foi apresentar uma análise da organização sintática de cada um dos padrões identificados. O Padrão 1 foi caracterizado por uma estrutura sintática única, a qual foi clara em relação à distribuição dos Casos. O Padrão 2, por sua vez, mostrou-se sintaticamente ambíguo, pois apresentou duas possíveis representações sintáticas: uma em que o DP que aparece entre a preposição e o verbo infinitivo recebe Caso Oblíquo da preposição via Marcação Excepcional de Caso, e outra em ele recebe Caso Nominativo da categoria AGR no infinitivo pessoal. Essas análises podem explicar o porquê de o verbo *custar* ser considerado um verbo auxiliar *stricto sensu*, quando constrói o Padrão 1, e ser tratado como um verbo auxiliar *lato sensu*, quando constrói o Padrão 2.

Finalmente, mostramos que – além das preposições *a*, *para* e *pra* – outras preposições podem introduzir o infinitivo como *em* e *de* e que, provavelmente a posição do sujeito e os valores semânticos das preposições possam ter relação direta com a aceitabilidade dessas sentenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se insere na discussão acerca da auxiliaridade e de quais propriedades definem um verbo como auxiliar ou não no português. Nosso objeto de análise foi o verbo *custar* com sentido de “ser custoso”, “ser difícil” e “ser demorado”. A escolha desse sentido do verbo *custar* deveu-se ao fato de, com esses significados, esse verbo aparecer superficialmente da seguinte forma:

... *custar* (preposição) V_{INFINITIVO} ...

Como se vê, por se combinar com uma forma verbal infinitiva, a qual é opcionalmente introduzida por uma preposição, *custar* apresenta um esquema que se assemelha àquele de um verbo auxiliar. Essa semelhança foi o que motivou a investigação do verbo *custar*. Duas foram as questões que nortearam a análise:

- Pode-se analisar como auxiliar o verbo *custar* com o sentido de “ser custoso”, “ser difícil” e “ser demorado” e que se combina com um infinitivo, formando o seguinte esquema sintático [... *custar* (preposição) V_{INFINITIVO} ...] ?
- Quais são as propriedades sintáticas do verbo *custar* nessa estrutura?

Com vistas a responder apropriadamente essas questões, o presente trabalho se organizou em três capítulos. No primeiro, tentamos ver de que forma seis gramáticas do português – três tradicionais e três que tinham por base concepções linguísticas – entendiam a questão da auxiliaridade e que critérios de identificação de auxiliares elas apresentavam. Vimos que não havia uniformidade entre essas gramáticas nem em relação à questão da auxiliaridade nem no que se refere aos critérios de auxiliaridade propostos e muito menos no que tange aos verbos listados como auxiliares (a esse respeito, ver o Quadro I). Importante ressaltar que essa situação já havia sido notada por Lobato (1975) em seu estudo sobre os critérios de auxiliaridade em português.

Diante da impossibilidade de contar com informações presentes nas gramáticas, no segundo capítulo, partimos para a descrição de dois trabalhos que se voltaram à análise dos verbos auxiliares do português: Pontes (1973) e Lobato (1975). Essas duas autoras apontaram

propriedades dos verbos auxiliares que poderiam ser usadas para identificar os membros dessa classe. Essas propriedades são os critérios de auxiliaridade, os quais serviram como ponto de partida para a análise do verbo *custar*.

Finalmente, no terceiro capítulo, procedemos à nossa investigação dos dois aspectos da sintaxe do verbo *custar* a que nos propomos: sua natureza e sua estrutura sintática.

Voltando nossa atenção à natureza (auxiliar ou não) do verbo *custar*, notamos de início que o esquema sintático superficial [... *custar* (preposição) V_{INFINITIVO} ...] estava associado a duas estruturas distintas. A primeira estrutura é exemplificada por frases do tipo *O menino custou a / para / pra dormir*, nas quais há um DP/NP em posição inicial absoluta da frase. Essa primeira estrutura foi denominada Padrão I. A segunda estrutura analisada é exemplificada por frases como *Custou a / para / pra o menino dormir*, nas quais há um DP/NP entre a preposição e o infinitivo. Essa estrutura foi denominada Padrão II. Identificados esses dois padrões sintáticos de *custar*, submetemos cada um deles a oito critérios de auxiliaridade, quais sejam: a) unidade semântica (exigência de sujeito único), b) carência de forma verbal imperativa, c) impossibilidade de orações completivas introduzidas pelas conjunções integrantes *que* e *se*, d) incidência de adjunto adverbial de tempo, e) apassivação, f) extensão combinatória, g) negativização e h) pronominalização.

O resultado foi que, em cada padrão, *custar* exibe um comportamento diferente. No Padrão I, esse verbo não satisfaz a todos os critérios, tendo resultados discordantes em relação ao critério da apassivação. Já, no Padrão II, *custar* não satisfaz a dois critérios, o de exigência de sujeito único e o de apassivação. Levando-se em conta que o critério de apassivação não foi conclusivo, pode-se repensar os resultados. No Padrão I, *custar* satisfaz sete critérios conclusivos e no Padrão II satisfaz seis desses critérios. Para interpretar esses resultados, seguimos Lobato (1975) e analisamos *custar*, no Padrão I, como um verbo auxiliar *stricto sensu* e tratamos *custar*, no Padrão II, como um auxiliar *lato sensu*. Com essa proposta de análise, respondemos à primeira pergunta norteadora desta pesquisa e que trata da natureza auxiliar ou não do verbo *custar*.

O segundo aspecto analisado no capítulo foi a estrutura sintática de *custar* em cada um dos dois padrões identificados. Para fundamentar nossa análise, recorreremos aos pressupostos da Teoria Gerativa e com base neles pudemos entender como cada padrão se constrói internamente. Em sentenças como *O aluno custou a / para / pra entender a matéria*, características do Padrão I, o que chama a atenção é a posição do constituinte nominal sujeito [*o aluno*], o qual aparece em posição inicial absoluta da frase. Analisamos isso como

consequência do fato de *custar* se combinar com um infinitivo não flexionado. Por ser não flexionado, esse infinitivo não atribui Caso Nominativo ao nominal [*o aluno*], forçando-o a se deslocar do domínio infinitivo para a posição de especificador de IP matriz (que contém o verbo *custar*), onde pode receber Caso Nominativo, pois o núcleo funcional I, nesse caso, é flexionado.

Em sentenças como *Custou a / para / pra o aluno entender a matéria*, típicas do Padrão II, o nominal [*o aluno*] aparece agora entre a preposição e o infinitivo. Segundo nossa proposta, nesse caso, a estrutura dessa sentença é ambígua, pois o Caso do nominal pode estar vindo de duas fontes. Uma primeira possibilidade de análise sintática é a de que o infinitivo seja não flexionado e o nominal [*o aluno*] esteja recebendo Caso Oblíquo da preposição (*a / para / pra*), em uma estrutura denominada Marcação Excepcional de Caso. Outra possibilidade é a de que o infinitivo seja flexionado, e a flexão presente nele (o núcleo funcional AGR) esteja sendo a fonte do Caso Nominativo atribuído a [*o aluno*]. Recebendo Caso na posição em que se encontra, esse constituinte não precisa deixar o domínio infinitivo em busca de Caso. Importante mencionar que, em ambos os padrões acima, o constituinte nominal [*a matéria*] recebe Caso Acusativo do verbo *entender*.

Como se vê, as diferenças sintáticas entre o Padrão I e o Padrão II têm a mesma fonte. O módulo da gramática denominado Teoria do Caso, o qual trata dos mecanismos de licenciamento dos constituintes nominais.

Finalizando o trabalho, algumas questões ficaram em aberto à espera de pesquisa futura e mais aprofundada.

A primeira delas se refere à possibilidade de aceitação da sentença *Custou para / pra que o menino ficasse calado*. Nessa sentença, *custar* parece estar sendo complementado por uma completiva finita. No trabalho, dissemos que isso poderia ter a ver com outra estrutura, na qual o verbo *custar* poderia estar sendo seguido de uma oração final introduzida pela locução *para que*.

Outra questão em aberto tem a ver com a grande variação de julgamento entre sentenças ativas e passivas com o verbo *custar*. Como vimos, não houve padrão bem definido em relação às respostas dos informantes. Na falta de uma proposta de análise, limitamo-nos apenas a apontar que, para entender os fatos, parecia ser necessário articular três elementos: a) o traço semântico [-ANIMADO] do paciente, b) a posição do sujeito (inicial absoluta da frase ou entre a preposição e o infinitivo) e c) o tipo de preposição introdutora do infinitivo.

Finalmente, vimos que além das preposições *a* e *para / pra*, as construções aqui analisadas permitiam outras preposições como *em* e *de*. Mais uma vez, os falantes consultados apresentaram variações de julgamentos que, a nosso ver, pareciam correlacionar a posição do sujeito e o tipo de preposição empregado.

Como se trata de questões maiores que fugiam ao escopo deste trabalho, deixamos sua investigação para um estudo futuro, limitando-nos aqui apenas a apontá-las e a ressaltar que um estudo sobre a sintaxe do verbo *custar*, nos dois padrões aqui analisados, será mais completo se essas questões forem entendidas em detalhe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO-PEREIRA, Maria Angela; RONCARATTI Cláudia. “O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por *para* no português popular do Brasil”. **D.E.L.T.A.**, 9 (1), 15-30, 1992.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Atualizada pelo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon,

ROCHA LIMA, Carlos H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LOBATO, Lucia M. P. “Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade”. In: LOBATO, Lucia; POTTIER, Bernard; D’INTRONO, Francisco; LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie & VIDAL, Anne-Marie. **Análises linguísticas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial.

PONTES, Eunice. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.